

RQ 2718/2013



**CÂMARA LEGISLATIVA
DO DISTRITO FEDERAL**

IDENTIFICAÇÃO

RQ 2718/2013

Ementa :

Requer a fiscalização e o controle das ações executadas no Transporte Urbano do Distrito Federal-DFTRANS.

Autoria : ELIANA PEDROSA

Data de Leitura :27/08/13

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

--

ARQUIVO

--



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Eliana Pedrosa

L I D O
Em, 27/08/13
M. 13.17
Assessoria de Planejamento

REQUERIMENTO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 01/2013

(Da Senhora Deputada Eliana Pedrosa)

RQ 2718 /2013

Requer a fiscalização e o controle das ações executadas no Transporte Urbano do Distrito Federal - DFTRANS.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Requeiro, nos termos do arts. 68, §2º, VII e 77 da Lei Orgânica do Distrito Federal e dos arts. 56, VIII; 69-C, I, "r" e 226, inciso I, do Regimento Interno desta Casa, que se proceda à fiscalização e ao controle, por meio da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle, com o intuito de avaliar a governança referente às ações executadas pelo Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTRANS, nos anos de 2011 a 2013, em especial:

I – contrato com a empresa TRANSDATADA INDÚSTRIA E SERVIÇOS DE AUTOMAÇÃO LTDA.;

II – contrato com a Empresa PAULISTA SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA. em relação ao fornecimento de mão-de-obra;

III – contrato com a empresa ALGAR TECNOLOGIA E CONSULTORIA S/A;

IV - Grau de autonomia financeira e administrativa do órgão em relação à gestão dos recursos gerados pelas receitas do sistema de transporte que são captadas com dados fornecidos pelas empresas acima;

V – movimentação financeira nos postos do SBA realizadas em sua maioria por mão-de-obra terceirizada;

VI – uso indevido de cartões para pessoa com deficiência, onde deverá ser cruzado o cadastro do DFTRANS com o da SEJUS.

Setor Protocolo Legislativo

RQ 2718/2013

Foto: 01 B. 6

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Large handwritten signature]



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Eliana Pedrosa

JUSTIFICAÇÃO

O DFTRANS possui uma poderosa influência em uma área essencial vinculada ao bem-estar social da população e ao desenvolvimento econômico que é a de transporte.

A atividade exercida pelo DFTRANS, seja na implementação de políticas públicas, seja na regulação técnica ou econômica, interfere na vida dos brasilienses e geram enormes impactos econômicos na população de forma geral, e em especial nos usuários dos serviços e nas empresas concessionárias ou reguladas, repercutindo no direito constitucional de ir e vir e nos cofres públicos.

Esta Comissão de Fiscalização tem o dever constitucional de exercer o controle externo sobre qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o DF responda, ou que em nome desta, assuma obrigações de qualquer natureza pecuniária. Vale lembrar que a tarifa pública, mesmo sendo paga pelo usuário do serviço, é cobrada mediante a prestação de um serviço público outorgado pelo Estado e, por isso, tem conotação de conta pública.

Somente nesse ano, a mídia local, tanto escrita quanto a televisada, tem apontado uma série de irregularidades no DFTRANS, em função de denúncias apresentadas por servidores da área de auditoria do órgão, tanto do que diz respeito a fraudes nos cartões, uso político para fins partidários, desvio de receita, gestão de recursos financeiros por terceirizados, empresas prestando serviços sem cobertura contratual, dentre outros desmandos.

O presente Requerimento de Fiscalização e Controle – RFC propõe que a Câmara Legislativa do Distrito Federal, por meio da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle, proceda à investigação de cada uma das situações expostas, com a finalidade precípua de averiguar o bom uso do dinheiro público, cumprindo com seu papel fiscalizador no combate à corrupção e na promoção do controle social a serviço da sociedade.

Setor Protocolo Legislativo
RQ Nº 2718/2013
Folha Nº 02 de 6



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Eliana Pedrosa

PLANO DE EXECUÇÃO

Objeto da ação de fiscalização	Contratos com as empresas Transdata Indústria e Serviços de Automação Ltda, Paulista Serviços e Transportes Ltda, Algar Tecnologia e Consultoria S/A, movimentação financeira nos postos do SBA e uso indevido de cartões para pessoa com deficiência.
Metodologia	<p>A metodologia proposta poderá ser reavaliada durante a execução dos trabalhos para melhor atingimento dos fins:</p> <p>a) Informar a Secretaria de Transporte que a gestão do SBA será fiscalizada e solicitar a cooperação necessária.</p> <p>b) Agendar visita de membros da CFGTC à Secretaria de Transporte e ao DFTRANS a fim de avaliar os seguintes itens:</p> <p>1: Prestação de serviços das empresas contratadas, objeto da ação de fiscalização;</p> <p>2- Verificação de possíveis empresas exercendo suas atividades sob a vigência de contrato emergencial há mais de um ano;</p> <p>3- Apurar as providências adotadas em decorrência dos processos internos do DFTRANS números:</p> <p>098001717/2013 098001845/2013 098001844/2013 098002082/2013 098002100/2013 098002099/2013 098002098/2013 098002172/2013 098002173/2013 098002208/2013 098002220/2013 098002219/2013 098002296/2013</p>


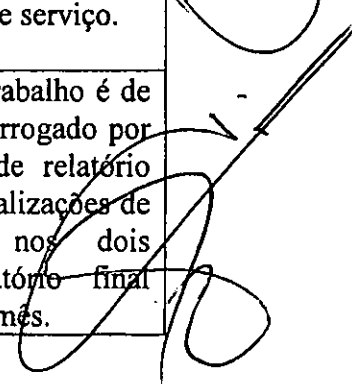
Sector Protocolo Legislativo

RQ Nº 2718/2013

Folha Nº 03 Sete



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Eliana Pedrosa

	<p>098002295/2013 098002294/2013 098002291/2013 098002292/2013 098002290/2013 098002312/2013 098002459/2013 098002457/2013 098002432/2013 098002433/2013 098002434/2013 098002446/2013 098002447/2013 098002448/2013 098002458/2013 098002728/2013 098002729/2013 098002731/2013 098002730/2013 098002732/2013 098002727/2013 098002726/2013 098002820/2013 098002819/2013 098002818/2013</p> <p>c) Produzir Relatório Final: ao final dos trabalhos será produzido relatório conclusivo sobre a gestão e governança no DFTRANS em especial quanto aos serviços prestados pelas empresas terceirizadas, segurança e controle das informações financeiras sob domínio de empresas de informática e efetivo controle dos repasses que se faz para as empresas prestadoras de serviço.</p>
<p>Cronograma</p> 	<p>A previsão de conclusão do trabalho é de 3(três) meses podendo ser prorrogado por igual período após entrega de relatório parcial. As comunicações e realizações de vistoria serão realizadas nos dois primeiros meses e o relatório final produzido ao final do terceiro mês.</p> 

Sector Protocolo Legislativo

RQ Nº 2718/2013

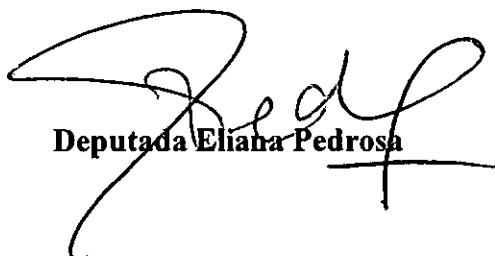
Folha Nº 04 R. 6

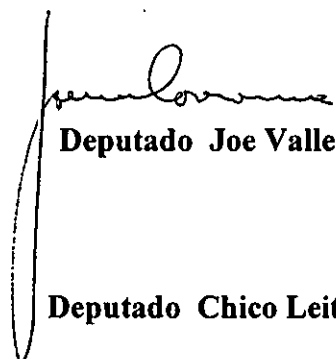


CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Eliana Pedrosa

Recursos Materiais	Disponibilização de veículo para deslocamento de parlamentares e servidores, scanner e máquina de xerox para organização do material recolhido, sala ou local específico para a realização dos trabalhos da equipe, 02 computadores e impressora ligados na rede da CLDF.
Recursos Humanos	Técnicos da CFGTC devem acompanhar o(s) Deputado(s) presentes à visita.
Participação Externa	Pode ser requerido, adicionalmente, o acompanhamento do controle interno ou de técnicos da CLDF
Observações	O presente Requerimento de Fiscalização e Controle foi proposto em conformidade com o Manual de Procedimento da CFGTC

Sala das Comissões,

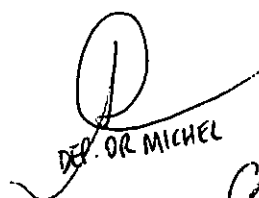

Deputada Eliana Pedrosa

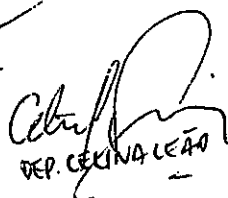

Deputado Joe Valle


Deputada Arlete Sampaio


Deputado Chico Leite


Deputado Wellington Luis


DEP. OR MICHEL


DEP. CECÍLIA LEÃO

DEP. ROBERTO NEGREIROS
PLGS. DA
COMISSÃO DE
TRANSPORTE
PÚBLICO DA
CLDF




CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PRESIDÊNCIA

Assessoria do Plenário e Distribuição

Ao Protocolo Legislativo para indexação e, posteriormente, à **COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE** para instrução processual e demais providências regimentais.

Em 28/08/2013


ITAMAR PINHEIRO LIMA
Chefe da Assessoria
Mat.10.694

Sector Protocolo Legislativo

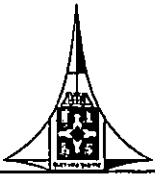
RA Nº 2718/2013

Folha Nº 06 de 06

Ao(A) CFGT C para as devidas providencias.

Em 28/08/2013

Paula Araújo
Paula de Brito Araújo
Setor de Protocolo Legislativo
Assistente Legislativo
Matr.: 13.175-43



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE



FOLHA DE VOTAÇÃO

Requerimento de Fiscalização e Controle nº 01/2013

“Requer a fiscalização e o controle das ações executadas no Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTRANS”.

Autoria: Deputada Eliana Pedrosa, Joe Valle, Wellington Luis, Dr. Michel, Celina Leão e Robério Negreiros.

Assinam e votam os Deputados:

TITULARES	Presidente	ACOMPANHAMENTO				ASSINATURA
		Favorável	Contrário	Abstenção	Ausente	
Joe Valle	P	X				
Wellington Luiz		X				
Arlete Sampaio		X				
Chico Leite					X	
Eliana Pedrosa					X	
SUPLENTE		ACOMPANHAMENTO				ASSINATURA
Luzia de Paula						
Agaciel Maia						
Chico Vigilante						
Evandro Garla						
Celina Leão						
TOTAIS						

() Concedido Vista ao(s) Deputado(s): _____ Em: ____/____/____

() Emendas apresentadas na reunião: _____

RESULTADO:

☒ APROVADO ☐ Parecer do relator

☐ Voto em separado – Deputado _____

() REJEITADO Relator do parecer do vencido – Deputado _____

5ª REUNIÃO ORDINÁRIA, em 22/08/2013

Deputado Joe Valle
Presidente da CFGTC

Comissão de Fiscalização,
Governança, Transparência e
Controle
RFC nº 01/2013/RQ 2718/13
FL nº 07 Rubrica

AO GMD, PELA AS DEVIDAS PROVIDÊNCIAS.

em 10/09/2013.

João Carlos Martins Neto
Secretário da Comissão de Fiscalização,
Governança, Transparência e Controle



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA MESA DIRETORA

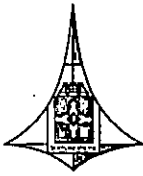
GMD
REQ Nº 2718 /2013.
Folha: 8

Trata-se de Requerimento de Fiscalização e Controle, com previsão nos Arts. 69-C, I, "r" e 226, Inciso I, do Regimento Interno desta Câmara Legislativa. Nesta proposição a Deputada Eliana Pedrosa requer, à Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle, o exame e vigilância de ações do DFTRANS. Assim, a presente proposição não é um mero Requerimento de Informação e não está diretamente inserido nas competências do Gabinete da Mesa Diretora.

Ora, como o assunto é procedimento novo, restituo a presente proposição à Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle para, atento ao Artigo 69-C, I, "o" do RICLDF, dar continuidade ao trâmite com a devida adequação à nova sistemática da função fiscalizadora desta Casa.

Em, 17/09/2013.

JOÃO GOES MARTINS FILHO
Secretário Geral



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA,
TRANSPARÊNCIA E CONTROLE – CFGTC



Requerimento nº 2718/2013.

Trata-se de Requerimento de Fiscalização e Controle, com base nos termos dos arts. 68, §2º, VII e 77 da Lei Orgânica do Distrito Federal e dos arts. 56, VIII; 69-C, I, "r" e 226, inciso I, do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

De ordem do Sr. Presidente da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle – CFGTC, atento ao art. 226, Inciso II, do Regimento Interno da CLDF, fica designada para relatar a matéria a Sra. Deputada Eliana Pedrosa.

Em 25/09/2013.

João Carlos Martins Neto
Secretário da Comissão de Fiscalização, Governança,
Transparência e Controle – CFGTC

Comissão de Fiscalização, Governança,
Transparência e Controle - CFGTC
REQ nº 2718 / 2013
Folha nº 09
Matrícula: 19065 Rubrica:



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Eliana Pedrosa



MEMORANDO Nº 110/2013 - GAB01

Brasília, 02 de outubro de 2013

**Ao Presidente da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle
– Deputado Joe Valle**

Assunto: Disponibilização de servidor

Senhor Deputado,

No dia 25 de setembro do corrente, conforme despacho à folha 9 do Requerimento nº 2.718, de 2013, fui indicada como relatora para fiscalização e o controle das ações executadas pelo Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTRANS.

Ante ao exposto e considerando que esta Comissão absorveu a estrutura da unidade de auditoria externa da ASFICO, solicito de V. Exa. a disponibilização de dois técnicos com experiência na área de auditoria para suporte aos trabalhos objeto do presente requerimento.

Atenciosamente,

Deputada Eliana Pedrosa

*Recebido em
03/10/13
[Assinatura]*

Comissão de Fiscalização, Governança
Transparência e Controle - CFGTC
RQ nº 2718 12013
Folha nº 16
Matrícula: 16839 Rubrica: *EL*



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA,
TRANSPARÊNCIA E CONTROLE – CFGTC



Memo. nº 81/2013 - CFGTC

DOC0137512013

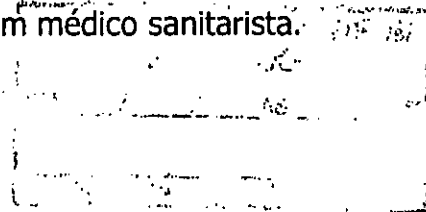
Brasília, 04 de outubro de 2013.

Ao Gabinete da Deputada Eliana Pedrosa

Assunto: Disponibilização de servidor

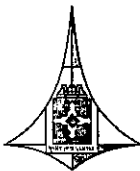
Senhora Deputada,

Em atenção ao memorando nº 110/2013-GAB01, de 02 de outubro de 2013, em que Vossa Excelência solicita a disponibilização de dois técnicos com experiência na área de auditoria para suporte à execução dos trabalhos relativos ao Requerimento nº 2718/2013 (fiscalização e controle das ações executadas pelo Transporte Urbano do Distrito Federal - DFTrans), informamos que esta Comissão não conta com servidor com experiência nessa área. Além disso, do quadro permanente de 15 consultores (conforme Quadro 1), no momento, estamos com apenas quatro, quais sejam: uma assistente social, um engenheiro agrônomo, uma estatística e um médico sanitário.



GABINETE DA DEP. ELIANA PEDROSA	
RECEBIDO	
EM 08/10/13 AS 16:00H	
ASSINATURA	MATRICULA
	173770

Comissão de Fiscalização, Governança,
Transparência e Controle - CFGTC
RQ nº 2718/2013
Folha nº 17
Matrícula: 16839 Rubrica:



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA,
TRANSPARÊNCIA E CONTROLE – CFGTC



**Quadro I – Quadro de Lotação da Estrutura Permanente da Antiga
Unidade de Controle Externo**

CARGO	CATEGORIA	NÍVEL	VAGAS
Consultor Técnico-legislativo	Administrador	IV	1
Procurador Legislativo		IV	1
Consultor Técnico-legislativo	Analista de Sistemas	IV	1
Consultor Técnico-legislativo	Arquiteto	IV	1
Consultor Técnico-legislativo	Assistente Social	IV	1
Consultor Técnico-legislativo	Economista	IV	2
Consultor Técnico-legislativo	Engenheiro Agrônomo	IV	1
Consultor Técnico-legislativo	Engenheiro Civil	IV	2
Consultor Técnico-legislativo	Engenheiro de Transporte	IV	1
Consultor Técnico-legislativo	Engenheiro Eletricista	IV	1
Consultor Técnico-legislativo	Estatístico	IV	1
Consultor Técnico-legislativo	Médico Sanitarista	IV	1
Consultor Técnico-legislativo	Pedagogo	IV	1
Técnico Legislativo	Técnico Legislativo	III	2
Assistente Legislativo	Assistente Legislativo	II	2

Fonte: Anexo VI da Lei nº 4342/2009

Apesar do número escasso de servidores em seu quadro, esta Comissão indica os servidores abaixo relacionados para contribuir com os trabalhos de fiscalização objeto do RFC nº 2718/2013 em que Vossa Excelência é a relatora:

- i) Maristela Zorzo, matrícula nº 11.168;
- ii) William Tôrres Magalhães, matrícula nº 16.743.

Atenciosamente,

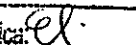

Deputado Joe Valle

Presidente da Comissão de Fiscalização,
Governança, Transparência e Controle – CFGTC

Comissão de Fiscalização, Governança,
Transparência e Controle - CFGTC

RQ nº 2718 / 2013

Folha nº 18

Matrícula: 16839 Rubrica: 



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Eliana Pedrosa



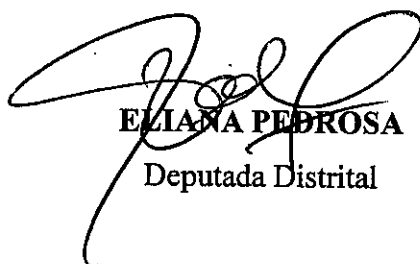
OFÍCIO Nº 114/2013 – GAB. 01

Brasília, 07 de outubro de 2013

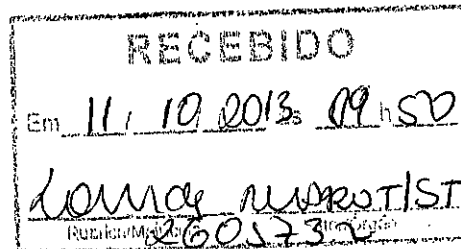
Senhor Secretário,

A Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle desta Casa de Leis, em função da aprovação do Requerimento nº 2718/2013 que dispõe sobre a fiscalização e o controle das ações executadas no órgão TRANSPORTES URBANO DO DISTRITO FEDERAL – DFTRANS, designou-me relatora para conduzir os trabalhos constantes no Plano de Execução.

Ante ao exposto, comunicamos a Vossa Excelência que iniciaremos nossos trabalhos de fiscalização dos atos especificados pelo Plano de Execução no DFTRANS, razão pela qual esperamos contar com o seu apoio para que essas atividades transcorram na mais completa normalidade.


ELIANA PEDROSA
Deputada Distrital

Comissão de Fiscalização, Governança,
Transparência e Controle - CFGTC
RQ nº 2718 / 2013
Folha nº 14
Matrícula: 16839 Rubrica: EL

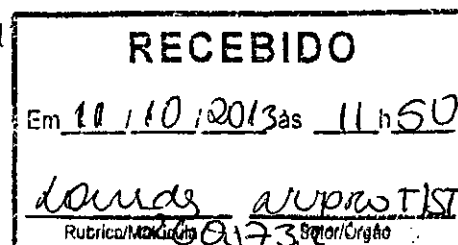


Exmo. Senhor,

JOSÉ WALTER VAZQUEZ FILHO

Secretario de Estado de Transportes do Distrito Federal

NESTA





CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Eliana Pedrosa



OFÍCIO Nº 115/2013 – GAB. 01

Brasília, 07 de outubro de 2013

Senhor Diretor-Geral,

A Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle desta Casa de Leis, em função da aprovação do Requerimento nº 2718/2013 que dispõe sobre a fiscalização e o controle das ações executadas no órgão TRANSPORTES URBANO DO DISTRITO FEDERAL – DFTRANS, designou-me relatora para conduzir os trabalhos constantes no Plano de Execução.

Ante ao exposto, comunicamos a Vossa Excelência que iniciaremos nossos trabalhos de fiscalização dos atos especificados pelo Plano de Execução, razão pela qual solicitamos disponibilizar cópia dos processos ali especificados, referentes aos contratos objeto da ação de fiscalização à equipe que se apresentará nesse órgão no dia 14 de outubro de 2013, às 15 horas.


ELIANA PEDROSA
Deputada Distrital

Elmo. Senhor,

MARCO ANTONIO CAMPANELLA

Diretor-Geral do DFTRANS

NESTA

Comissão de Fiscalização, Governança,
Transparência e Controle - CFGTC
RQ nº 2718 / 2013
Folha nº 13
Matrícula: 16839 Rubrica: El.

11 OUT. 2013
8250974
015841/2013



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Eliana Pedrosa



OFÍCIO Nº 116/2013 – GAB. 01

Brasília, 07 de outubro de 2013

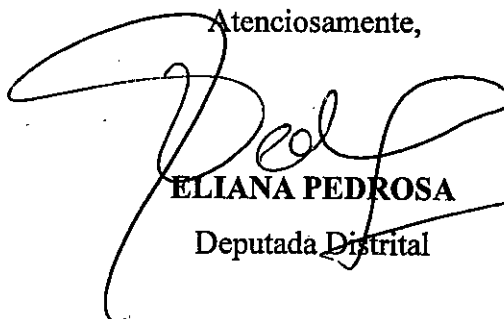
Senhor Presidente,

A Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle desta Casa de Leis, em função da aprovação do Requerimento nº 2718/2013 que dispõe sobre a fiscalização e o controle das ações executadas no órgão TRANSPORTES URBANO DO DISTRITO FEDERAL – DFTRANS, designou-me relatora para conduzir os trabalhos constantes no seu Plano de Execução.

Ante ao exposto, comunicamos a Vossa Excelência que iniciaremos nossos trabalhos analisando as representações protocoladas nesta Casa, nesse órgão de contas e no Ministério Público, razão pela qual solicitamos que nos sejam disponibilizadas cópias dos processos instaurados até o momento, com os resultados apresentados em função de inspeções realizadas.

Em razão dos trabalhos de fiscalização que serão realizados daquele órgão, solicitamos de Vossa Excelência que analise a oportunidade de nos ceder dois técnicos para nos auxiliar nessa ação.

Atenciosamente,


ELIANA PEDROSA
Deputada Distrital

Excelentíssimo Senhor,

INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF

NESTA

Comissão de Fiscalização, Governança,
Transparência e Controle - CFGTC

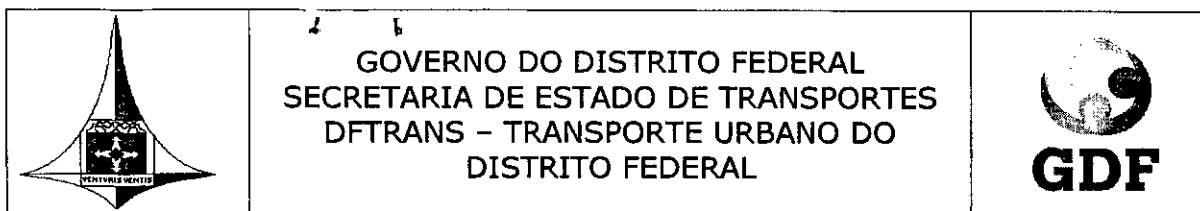
RQ nº 2718 / 2013

Folha nº 15

Matrícula: 16839 Rubrica: EL

RECEBUE
1156
006912

para da lei - 1092-8



Ofício n.º *1399* /2013 – GAB/DFTRANS

Brasília, 14 de Outubro de 2013

Referência: Ofício nº 115/2013 – GAB.01.

Senhora Deputada,

Cumprimentando-a, informo que esta Autarquia recebeu o expediente em epígrafe tão somente na última sexta-feira, dia 11 de outubro, motivo pelo não tivemos tempo hábil para providenciar a cópia dos processos em tela.

Ante o exposto, solicito seus préstimos a fim de avaliar a possibilidade de prorrogar o prazo para que esta Autarquia possa disponibilizar todas as cópias ora requeridas. Outrossim, favor disponibilizar cópia do Plano de Execução e a relação dos processos objetos de análise da ação de fiscalização dessa Egrégia Comissão na DFTrans – Transporte Urbano do Distrito Federal.

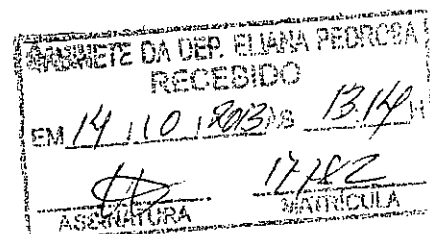
Por derradeiro, solicito especificar a equipe que se apresentará nesta Autarquia. Na oportunidade, renovo meus votos de estima e consideração.

Atenciosamente,


JÚLIO CESAR DOS SANTOS
CHEFE DE GABINETE

A Sua Excelência a Senhora
ELIANA PEDROSA - Deputada Distrital
Câmara Legislativa do Distrito Federal
Praça Municipal - Quadra 2 - Lote 5 - 70.094-902
NESTA

Comissão de Fiscalização, Governança,
Transparência e Controle - CFGTC
RQ nº *2718* /2013
Folha nº *12*
Matrícula: *16839* Rubrica: *el.*



SAIN – Setor de Áreas Isoladas Norte. Estação Rodoferroviária, Sobreloja, Ala Sul.
70.610-900 – Brasília – DF
Fone: (61) 3043 0438



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Eliana Pedrosa



Para Recibo

OFÍCIO Nº 118/2013 – GAB. 01

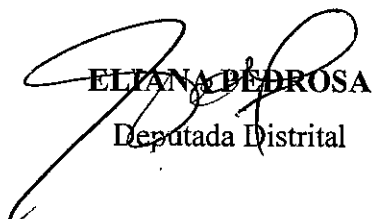
Brasília, 15 de outubro de 2013

Senhor Chefe de Gabinete,

Em atenção ao seu Ofício nº 1399/2013 – GAB/DFTRANS, de 14 de outubro de 2013, estamos encaminhando em anexo o Plano de Execução, bem como indicando os servidores desta Casa JOSÉ ADENAUER ARAGÃO LIMA – mat. 14394 e ADRIANO SANCHES SÃO PEDRO – mat. 19167 que se apresentarão nessa autarquia.

Quanto aos processos, eles estão discriminados no Plano de Execução, onde esperamos receber as cópias respectivas até o dia 18 de outubro próximo.

Atenciosamente,


ELIANA PEDROSA
Deputada Distrital


15 OUT 2013
2013-10-15
016062

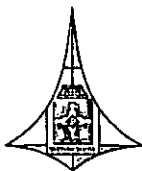
Ilmo. Senhor

JÚLIO CESAR DOS SANTOS

Chefe de Gabinete do DFTRANS

NESTA

Comissão de Fiscalização, Governança,
Transparência e Controle - CFGTC
RQ nº 2718 / 2013
Folha nº 11
Matrícula: 16839 Rubrica: 



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Eliana Pedrosa



OFÍCIO Nº 120 /2013-GAB01

Brasília, 17 de outubro de 2013.

Senhor Diretor,

Respalhada pelo permissivo contido no Requerimento de Fiscalização e Controle, RQ 2718/2013 aprovado pela Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle desta Câmara Legislativa do Distrito Federal, no inciso XVI do art. 60 da Lei Orgânica do Distrito Federal, e art. 1º da Lei 3.276, de 31 de dezembro de 2003, que garante aos interessados acesso a qualquer informação da Administração Pública Direta e Indireta do Distrito Federal, solicito a V.Sa cópia de inteiro teor do processo nº 098003718/2013, em aditamento ao Plano de Execução do citado Requerimento de Fiscalização.

Atenciosamente,


ELIANA PEDROSA.
Deputada Distrital

A Sua Senhoria o Senhor

MARCO ANTONIO CAMPANELLA


Diretor Geral do Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTrans

SAIN - Estação Rodoferroviária - Ala Sul - Sobreloja

Comissão de Fiscalização, Governança,
Transparência e Controle - CFGTC

RQ nº 2718 / 2013

Folha nº 10

Matrícula: 16839 Rubrica: 

17 OUT. 2013
8250974
016305 / 2013



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA,
TRANSPARÊNCIA E CONTROLE – CFGTC



Ofício nº 38/2013/ CFGTC

Brasília, 21 de outubro de 2013.

Ao Senhor

MARCO ANTONIO CAMPANELLA

Diretor-Geral do Transporte Urbano do Distrito Federal - DFTRANS

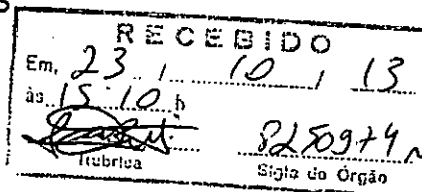
SAIN - Estação Rodoferroviária - Ala Sul - Sobreloja.

CEP: 70.631-900

Fone: 3043-0405

Assunto: Convocação do Diretor-Geral do DFTRANS

Senhor Diretor-Geral,



23 OUT. 2013
8250974
016399/2013

A Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle – CFGTC, com fundamento no Art. 60, inciso XIV, da Lei Orgânica do Distrito Federal e nos Art. 56, inciso III c/c o Art. 69-C, I, "q", Art. 229 e Art. 230 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF, convoca V.S.^a a prestar pessoalmente informações e esclarecimentos sobre a representação protocolada nesta Comissão pela Associação dos Auditores Fiscais de Transportes do DF, disponível para cópia ou consulta na sala 5.29 da CLDF.

Seu comparecimento está agendado para a **Reunião Ordinária da Comissão, a realizar-se no dia 31 de outubro de 2013, quinta-feira, às 10 horas, na Sala de Reunião das Comissões da Câmara Legislativa do Distrito Federal**. Solicitamos, até 24 de outubro de 2013, confirmar presença ou indicar nova data que não ultrapasse o prazo de 30 dias do recebimento desta convocação, conforme parágrafo 2º do artigo 229 do Regimento Interno da CLDF.

Atenciosamente,

Deputado Joe Valle

Deputado Wellington Luiz

Deputada Arlete Sampaio

Deputado Chico Leite

Deputada Eliana Pedrosa



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA,
TRANSPARÊNCIA E CONTROLE – CFGTC



Ofício nº 39/2013/ CFGTC

Brasília, 21 de outubro de 2013.

Ao Senhor

RICARDO LEITE DE ASSIS

Auditor-Fiscal do Transporte Urbano do Distrito Federal - DFTRANS

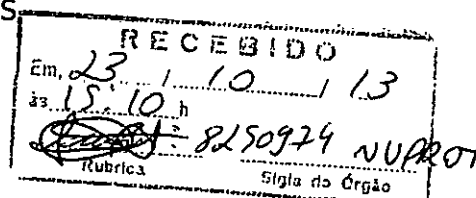
SAIN - Estação Rodoferroviária - Ala Sul - Sobreloja.

CEP: 70.631-900

Fone: 3043-0405

Assunto: Convocação de Auditor-Fiscal do DFTRANS

Senhor Auditor-Fiscal,



23 OUT. 2013
8250974
016400/2013

A Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle – CFGTC, com fundamento no Art. 60, inciso XIV, da Lei Orgânica do Distrito Federal e nos Art. 56, inciso III c/c o Art. 69-C, I, “q”, Art. 229 e Art. 230 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, convoca V.S.^a a prestar pessoalmente informações e esclarecimentos sobre a representação protocolada nesta Comissão pela Associação dos Auditores Fiscais de Transportes do DF, disponível para cópia ou consulta na sala 5.29 da CLDF.

Seu comparecimento está agendado para a **Reunião Ordinária da Comissão, a realizar-se no dia 31 de outubro de 2013, quinta-feira, às 10 horas, na Sala de Reunião das Comissões da Câmara Legislativa do Distrito Federal**. Solicitamos, até 24 de outubro de 2013, confirmar presença ou indicar nova data que não ultrapasse o prazo de 30 dias do recebimento desta convocação, conforme parágrafo 2º do artigo 229 do Regimento Interno da CLDF.

Atenciosamente,

Deputado Joe Valle

Deputado Wellington Luiz

Deputada Arlete Sampaio

Deputado Chico Leite

Deputada Eliana Pedrosa



GUIA DE ENTREGA DE DOCUMENTOS

Conforme Ofício nº 38/2013/CFGTC, concedo cópia dos documentos abaixo relacionados ao Analista de Transportes **RICARDO CARVALHO** Servidor do DFTRANS, para que tenha conhecimento dos fatos sob análise nesta Comissão:

1. Cópia do Requerimento nº 2718/2013;
2. Cópia do Requerimento nº 2830/2013 e
3. Cópia da Representação nº 14/2013 (acompanha 01 (um) CD-R "ASSEFIT/DF".

João Carlos Martins Neto
Secretário da Comissão de Fiscalização, Governança,
Transparência e Controle – CFGTC

*Recebido por
Ricardo Carvalho
26/04/16*



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Transportes
Transporte Urbano do Distrito Federal - DFTRANS



Ofício nº 1505 /2013-GAB/DFTRANS

Brasília, 01 de novembro de 2013.

Senhor Presidente,

Trata-se da reunião realizada na última quinta-feira (31/10) na Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle (CFGTC), da Câmara Legislativa do Distrito Federal, a qual teve como assunto as ações do Transporte Urbano do Distrito Federal (DFTrans).

Solicitamos que nos sejam encaminhadas as cópias das Notas Taquigráficas produzidas durante os debates.

Por fim, colocamo-nos à disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,


JÚLIO CESAR DOS SANTOS
Chefe de Gabinete
Matrícula 263.633-6

Ao Senhor

JOE VALE

Presidente da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle

Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle

Praça Municipal – Quadra 2 - Lote 5 – 1º andar

Centro Cívico Administrativo – Eixo Monumental

CEP: 70094-902

Brasília/DF





CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA,
TRANSPARÊNCIA E CONTROLE – CFGTC



Ofício nº 42/2013/ CFGTC

Brasília, 04 de novembro de 2013.

Ao Senhor

MARCO ANTONIO CAMPANELLA

Diretor-Geral do Transporte Urbano do Distrito Federal - DFTRANS

SAIN - Estação Rodoferroviária - Ala Sul - Sobreloja.

CEP: 70.631-900

Fone: 3043-0405

Assunto: Cópia dos processos resultantes de sindicâncias e tomadas de contas especiais

Senhor Diretor-Geral,

Respaldado pelo permissivo contido no Requerimento de Fiscalização e Controle, RQ 2718/2013 aprovado pela Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle desta Câmara Legislativa do Distrito Federal e considerando os questionamentos dirigidos a Vossa Senhoria e as respectivas respostas formuladas quando da reunião desta Comissão de Fiscalização ocorrida no dia 31 de outubro do corrente, solicito a V.Sa. disponibilizar no mais curto espaço de tempo, cópia de inteiro teor dos processos resultantes de sindicâncias e tomadas de contas especiais instaladas em função do Relatório de Inspeção nº 01/2011 da Secretaria de Estado de Transparência e Controle.

Atenciosamente,


Deputado Joe Valle

Presidente da Comissão de Fiscalização,
Governança, Transparência e Controle – CFGTC

05 NOV 2013 17:26
017238/2013



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA,
TRANSPARÊNCIA E CONTROLE – CFGTC



Ofício nº 43/2013/ CFGTC

Brasília, 04 de novembro de 2013.

Ao Senhor

MARCO ANTONIO CAMPANELLA

Diretor-Geral do Transporte Urbano do Distrito Federal - DFTRANS

SAIN - Estação Rodoferroviária - Ala Sul - Sobreloja.

CEP: 70.631-900

Fone: 3043-0405

Assunto: Cópia dos processos constantes do Plano de Execução do RQ 2718/2013 e do processo nº 098003718/2013.

Senhor Diretor-Geral,

Respaldado pelo permissivo contido no Requerimento de Fiscalização e Controle, RQ 2718/2013 aprovado pela Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle desta Câmara Legislativa do Distrito Federal, além do disposto no inciso XVI do art. 60 da Lei Orgânica do Distrito Federal e ainda o que dispõe o art. 14 da Lei Distrital nº 4.990, de 12 de dezembro de 2012, que garante aos interessados acesso a qualquer informação da Administração Pública Direta e Indireta do Distrito Federal, solicito a Vossa Senhoria cópia de inteiro teor dos processos constantes do Plano de Execução em anexo, além do processo nº 098003718/2013.

Atenciosamente,


Deputado Joe Valle

Presidente da Comissão de Fiscalização,
Governança, Transparência e Controle – CFGTC

05 NOV 2013
017239/2013
204836

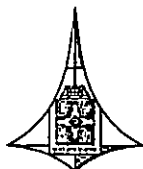
PLANO DE EXECUÇÃO

Objeto da ação de fiscalização	Contratos com as empresas Transdata Indústria e Serviços de Automação Ltda, Paulista Serviços e Transportes Ltda, Algar Tecnologia e Consultoria S/A, movimentação financeira nos postos do SBA e uso indevido de cartões para pessoa com deficiência.
Metodologia	<p>A metodologia proposta poderá ser reavaliada durante a execução dos trabalhos para melhor atingimento dos fins:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Informar a Secretaria de Transporte que a gestão do SBA será fiscalizada e solicitar a cooperação necessária. b) Agendar visita de membros da CFGTC à Secretaria de Transporte e ao DFTRANS a fim de avaliar os seguintes itens: <ul style="list-style-type: none"> 1: Prestação de serviços das empresas contratadas, objeto da ação de fiscalização; 2- Verificação de possíveis empresas exercendo suas atividades sob a vigência de contrato emergencial há mais de um ano; 3- Apurar as providências adotadas em decorrência dos processos internos do DFTRANS números: <ul style="list-style-type: none"> 098001717/2013 098001845/2013 098001844/2013 098002082/2013 098002100/2013 098002099/2013 098002098/2013 098002172/2013 098002173/2013 098002208/2013 098002220/2013 098002219/2013 098002296/2013 098002295/2013 098002294/2013 098002291/2013 098002292/2013 098002290/2013

098002312/2013
098002459/2013
098002457/2013
098002432/2013
098002433/2013
098002434/2013
098002446/2013
098002447/2013
098002448/2013
098002458/2013
098002728/2013
098002729/2013
098002731/2013
098002730/2013
098002732/2013
098002727/2013
098002726/2013
098002820/2013
098002819/2013
098002818/2013

- c) Produzir Relatório Final: ao final dos trabalhos será produzido relatório conclusivo sobre a gestão e governança no DFTRANS em especial quanto aos serviços prestados pelas empresas terceirizadas, segurança e controle das informações financeiras sob domínio de empresas de informática e efetivo controle dos repasses que se faz para as empresas prestadoras de serviço.

4



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA,
TRANSPARÊNCIA E CONTROLE – CFGTC



Ofício nº 44/2013/ CFGTC

Brasília, 06 de novembro de 2013.

Ao Senhor

MARCO ANTONIO CAMPANELLA

Diretor-Geral do Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTRANS

SAIN - Estação Rodoferroviária - Ala Sul - Sobreloja.

CEP: 70.631-900

Fone: 3043-0405

Assunto: Cópia das notas taquigráficas da 7ª Reunião Ordinária da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle – CFGTC.

Senhor Diretor-Geral,

Em atenção ao ofício nº 1.505/2013-GAB/DFTRANS, de 01 de novembro de 2013, encaminhamos para o vosso conhecimento, as notas taquigráficas relativas à 7ª Reunião Ordinária da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle – CFGTC, da Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF, ocorrida em 31 de outubro passado, reunião esta que contou com a presença de Vossa Senhoria.

Atenciosamente,

Deputado Joe Valle

Presidente da Comissão de Fiscalização,
Governança, Transparência e Controle – CFGTC

Christina
06/11/13



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 10 2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	1

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Sob a proteção de Deus, declaro aberta a 7ª Reunião Ordinária da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle da 3ª Sessão Legislativa da 6ª Legislatura da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Como primeiro ponto de pauta, tenho a leitura e a aprovação da Ata da 6ª Reunião Ordinária. Eu gostaria de consultar os pares, que já receberam essa ata nos seus gabinetes, se podemos dar como lida e aprovada a Ata da 6ª Reunião.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – De acordo, Sr. Presidente.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – De acordo.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Também estou de acordo. Fica aprovada a Ata da 6ª Reunião Ordinária.

- Ata da 6ª Reunião Ordinária, do dia 17 de outubro de 2013.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 10 2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	2

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Eu gostaria de pedir ao Secretário que passasse... para que houvesse a assinatura.

Hoje temos a presença do Diretor-Geral do DFTrans, Sr. Marco Antônio Campanella, para prestar informações e esclarecimentos sobre a representação protocolada nesta Comissão, conforme o Requerimento nº 2.830, de 2013, aprovado em 17/10/2013. Vou ler o requerimento na íntegra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 10 2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	3

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Eu gostaria de convidar o Diretor-Geral do DFTrans, Sr. Marco Antônio Campanella, para que viesse à Mesa.

Bom dia, Deputada Eliana Pedrosa.

Vou dizer como será feito esse trabalho. Segundo o Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, o convocado, na fase destinada à sua exposição, poderá falar até trinta minutos prorrogáveis por mais quinze minutos pela própria Comissão. Encerrada a exposição do convocado, poderão ser formuladas interpelações pelos Deputados Distritais previamente inscritos, podendo cada um usar da palavra por até dez minutos, exceto o autor do requerimento que terá o prazo de quinze minutos e preferência na interpelação. Para responder a cada interpelação, o convocado terá o mesmo tempo que o Deputado Distrital teve para formulá-la. Atendidas as inscrições, poderá o Deputado Distrital, no prazo de cinco minutos, replicar e contestar a resposta ou solicitar mais esclarecimentos ao convocado, que disporá de igual tempo para a tréplica. Correto? Todos entenderam? (Pausa.)

Começamos, então, com o tempo inicial para o Sr. Campanella, que fará o uso do tempo regimental.

Quero saber se está tudo pronto para apresentação que o Sr. Campanella pediu. (Pausa.)

Algum dos Deputados desta Comissão quer fazer alguma introdução ou tem algo inicial para expor?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Da minha parte, não, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputada Arlete Sampaio? Deputada Eliana Pedrosa? (Pausa.)

Concedo a palavra ao Sr. Campanella.

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Bom dia a todos e a todas. Cumprimento inicialmente o Presidente desta Comissão, Deputado Joe Valle; Deputada Arlete Sampaio, Líder do Governo nesta Casa; Deputado Wellington Luiz, Deputada Eliana Pedrosa.

Eu preparei um memorial – eu gostaria de cumprimentar os servidores do DFTrans aqui presentes, a imprensa. Eu preparei um memorial que pretendo apresentar aqui nesta oportunidade – eu já tive a oportunidade de entregar à Deputada Arlete Sampaio, e gostaria também de entregar aos demais membros da Comissão. Esse memorial é uma síntese das questões que foram objeto deste requerimento que culminou com a nossa presença aqui hoje.

Inicialmente, quero agradecer esta oportunidade de poder apresentar a esta Casa de Leis as informações e os esclarecimentos necessários e de interesse da população como um todo no Distrito Federal. Faço isso não apenas como agente



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 10 2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	4

público. Faço isso na condição de um militante político que, cerca de quarenta anos atrás, lutou junto com uma geração de brasilienses para que nós pudéssemos ter a nossa representação política e a nossa autonomia hoje materializada aqui neste Parlamento, que tem seus representantes políticos.

Fui honrado, em janeiro de 2011, com o convite do nosso Governador Agnelo Queiroz para dirigir o DFTrans, um órgão gestor do transporte público coletivo do Distrito Federal. Ali encontrei uma situação de absoluta terra arrasada, e pude compreender, com maior precisão e profundidade, os problemas ali encontrados, que atingiam a esmagadora maioria da população do Distrito Federal que depende do transporte coletivo.

Para se ter uma ideia da situação de caos ali encontrada, a operação do sistema estava delegada a uma associação chamada Fácil, mantida pelos maiores empresários do sistema, nada obstante fosse ela relevante para delimitações dos padrões operacionais econômicos do sistema, bem como da aplicação do subsídio dos estudantes.

Para se ter uma ideia do descalabro que ali encontramos, a diretoria colegiada que imediatamente antecedeu a minha posse, capitaneada por um servidor integrante da carreira da Fiscalização de Atividades Urbanas, havia remetido um ofício ao Banco Regional de Brasília, informando que os resgates de créditos não mais seriam submetidos ao crivo da autarquia. Estariam, portanto, sendo submetidos exclusivamente às empresas através da Fácil. E ali existia dinheiro público do subsídio dos estudantes. Detectamos, de início, pagamentos indevidos à Fácil, autorizados pela direção do órgão anteriormente à nossa gestão, e determinamos imediatamente a sua suspensão.

A partir de janeiro de 2011, a Fácil não recebeu qualquer valor do Distrito Federal. Neste momento, existiam processos de tomada de contas que foram instaurados para reaver os valores devidos ao erário. Como a situação não permitiu o controle público, este assunto foi discutido no âmbito do Governo, com o Governador e com o Vice-Governador, e foi decidido, então, que nós retomariamos a gestão plena do sistema.

E foi o que aconteceu, depois de um apoio fundamental do Governador, do Vice-Governador Tadeu Filippelli, e do Secretário José Walter Vazquez Filho. Nós assumimos as operações que estavam antes sob a responsabilidade da Fácil, e assumimos, por via de consequência, todos os contratos que ali estavam e que eram de responsabilidade da Fácil, de modo a garantir a continuidade da prestação dos serviços de transporte público coletivo.

Assumimos a operação desconhecendo-a totalmente, mesmo porque, no período de transição, para que o Governador Agnelo assumisse, as informações foram muito limitadas, e muitas delas não chegaram ao conhecimento da equipe de transição. Portanto, a área de transporte não teve condição de ter uma percepção mais aguda dos problemas que ali encontramos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 10 2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	5

Mantivemos a operação sem parar e continuamos a explorar o sistema quando descobrimos, em fevereiro de 2012, que não tínhamos acesso integral, inclusive para geração de novos *chips*, eis que as senhas de administração estavam em poder das operadoras.

Os *chips* são fundamentais para a geração do crédito, para toda a circulação da arrecadação do sistema, e as senhas encontravam-se nas mãos dos operadores. Determinamos, portanto, à nossa assessoria jurídica, que adotasse as providências cabíveis, e, no final do mês de julho de 2012, a 7ª Vara de Fazenda Pública determinou a entrega imediata das senhas supracitadas.

Em meados do mês de agosto, foram entregues e, desde então, determinamos aos servidores de carreira de transporte urbano que iniciassem os procedimentos para auditar o sistema.

A competência legal para o ato não é dos servidores fiscais, por força do que dispõe o art. 22 da Lei Federal nº 12.587, de 2012, que atribui a competência à entidade, e os servidores fiscais não são do quadro de pessoal do DFTrans.

Nesse particular, imperioso registrar esse ato importante do Governador Agnelo Queiroz no sentido de nomear mais servidores para atuação e para que a autarquia desenvolva plenamente as suas atividades. Isso foi fundamental para o fortalecimento institucional do DFTrans.

Concomitante a isso, adotamos diversas providências, incluindo a assunção do Grupo Amaral, que será adiante objeto de explanação.

Hoje, seguramente, a situação do DFTrans é inteiramente diversa, é inteiramente oposta a que encontramos, e continuamos aplicando todos os nossos esforços para que ela se dirija à excelência na prestação dos serviços públicos – o serviço público essencial que é o de transporte coletivo.

Como já informei preliminarmente, o DFTrans somente alcançou acesso integral ao Sistema de Bilhetagem Automática – SBA, em agosto de 2012. Antes, porém, registro que, quando assumimos a operação da bilhetagem, outrora delegada à Fácil, encontramos os seguintes contratos celebrados, que eram imprescindíveis à continuidade da operação: 1 - contrato do Sistema TDMax, de propriedade da Transdata, que tem a função de gerenciar a comercialização dos bilhetes automáticos, o regaste e, lateralmente, é possível fiscalizar o cumprimento dos itinerários; 2 – contrato com as empresas Algar e CTBC, para os *links* dedicados entre o SBA e o Data Center, bem como o SAC do DFTrans; 3 – os funcionários que ali estavam prestando o serviço de comercialização; e 4 – o contrato com a empresa Valex Distribuidora de Vales, responsável pelas lojas de comercialização.

Com fundamento no que dispõe o art. 58 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, assumi os contratos e impedimos, com isso, a solução de continuidade. Resolvemos os problemas relativos ao contrato da Algar, transferindo tanto o Data Center quanto os *links* dedicados para a Secretaria de Estado de Planejamento – providências em fase de implantação. Portanto, esse contrato em caráter emergencial está sendo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 10 2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	6

concluído, pois, por decisão de decreto do Governador Agnelo Queiroz, o Data Center estará centralizado na Seplan.

Realizamos processo licitatório, acompanhado *pari passu* pelo Tribunal de Contas, e regularizamos a prestação do serviço de comercialização de bilhetes e créditos eletrônicos. Assumimos a operação das lojas mantidas pela Valex e começamos a operação diretamente pelo DFTrans.

Restou o contrato da Transdata, que guarda algumas peculiaridades. A substituição da Transdata, conforme as soluções até agora encontradas, importa em necessariamente substituir quase quatro mil validadores e mais de um milhão de cartões, de sorte que essa operação merece melhor estudo.

Determinamos, em abril de 2013, a realização de auditoria nesse contrato e, ainda que ela não tenha sido ultimada, reduziu-se consideravelmente a prestação mensal, e espero, tão logo se encerre a auditoria determinada, deveremos reduzir ainda mais. Concomitantemente, está no final da fase interna o processo de licitação para a contratação de uma nova empresa de bilhetagem automática, que culminará, que coincidirá com a implantação de um novo sistema de transporte público coletivo que está sendo concluído sob o comando direto do Governador Agnelo Queiroz e do Vice-Governador Tadeu Filippelli, que está implicando a renovação total da frota, na integração do sistema, na integração temporal, integração tarifária, integração física e na implantação de novas tecnologias de informação ao usuário e de monitoramento da frota, bem como de corredores exclusivos que permitirão a redução no tempo de viagem.

Portanto, todos esses processos licitatórios relativos principalmente a uma nova bilhetagem e a um novo sistema de monitoramento estão sendo concluídos neste momento paralelamente à conclusão dessa licitação, que é a maior licitação do serviço público do nosso País em curso e nunca antes vista na história de Brasília.

Determinei a realização de estudos urgentes para superar o óbice constante no item I antecedente. Acerca das fraudes, colocamos no âmbito da Comissão Permanente Disciplinar servidores efetivos para auditar cotidianamente o SBA, procurando excrescências e essa auditoria foi substancial para que determinássemos a restrição na utilização do vale-transporte, encerrando o ilícito comércio de vale-transporte em desacordo com o que prevê a Lei Federal nº 7.418/85.

Determinamos ainda que fosse realizada auditoria no pagamento de subsídios aos portadores de necessidades especiais, sendo certo que, juntamente com o Sr. Secretário de Estado de Justiça e Cidadania, fomos ao Diretor-Geral da Polícia Civil no mês de outubro do ano passado e solicitamos àquela autoridade a realização de investigações no sistema, o que está sendo realizado até o dia de hoje, sob a coordenação da Delegacia de Crimes Contra a Administração Pública – DECAP.

Os valores que já se detectaram oriundos de fraudes já foram integralmente restituídos ao sistema e se busca impor novas travas de modo a impedir novas fraudes.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 10 2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	7

Nós temos hoje um sistema de bilhetagem que foi implantado pela Fácil em 2006, quando o sistema de bilhetagem foi implantado no transporte coletivo do Distrito Federal, e esse sistema está obsoleto, necessitando, portanto, de uma nova... de um *upgrade*, necessitando atingir um novo patamar de modernidade, de tecnologia, para que novas travas possam ser colocadas de modo a reduzir ao máximo a possibilidade de fraudes.

Como se vê, nem de longe a situação tem as cores com que os que pintam os nossos detratores, sendo que, ao contrário, em todo tempo se busca preservar o Erário.

Em relação ao Grupo Amaral. A fiscalização realizada pela autarquia a cargo da Diretoria Operacional sempre apresentou limitações e ineficiências. A ineficiência se mede pela prestação de serviços de forma precária, que remonta ainda aos anos 80. Assumindo o DFTrans, encontramos muitas atividades de natureza fiscal e, quando busquei trabalhar em sentido contrário, percebi uma ação fiscalizatória inteiramente divorciada das demais ações de planejamento e gestão do órgão. Muitas dessas ações eram realizadas em horário de pico, no momento em que os passageiros mais precisavam dos ônibus, em vez de se concentrarem nos períodos em que as empresas autuadas tivessem condições de corrigir os problemas apontados pela fiscalização.

O Ministério Público do Distrito Federal instaurou inquérito civil para apurar a eficiência da prestação de serviços pelas empresas integrantes do Grupo Amaral e ali foi celebrado um TAC, a partir inclusive de inúmeras denúncias oferecidas por passageiros, por usuários do transporte coletivo.

Nesse termo é relevante destacar: os controladores da empresa aplicariam, além da receita auferida, valor extraordinário no importe de oitocentos e oitenta mil reais, totalizando aporte de um milhão, setecentos e setenta mil reais. As empresas teriam quatro meses para recolocar os veículos cadastrados em operação. Muitos dos veículos cadastrados não estavam em operação e a população, especialmente nas regiões que eram atendidas pelo Grupo Amaral, estava sendo muito penalizada. Não deveriam descumprir os termos dos acordos coletivos de trabalho. A Comissão de Acompanhamento detectou que nenhuma das condições previstas no TAC foi atendida, o que ensejou a ruptura dos serviços.

Ao contrário do que afirma a Associação dos Servidores Fiscais, no dia 13 de fevereiro de 2013, foi publicada a Instrução nº 38, de 08 de fevereiro, requisitando todos os veículos cadastrados no DFTrans e, a partir da decisão corajosa do Governador Agnelo de promover a assunção das empresas do Grupo Amaral como forma de garantir os serviços essenciais de transporte nas regiões em que elas operavam.

Com o advento da assunção, permitir que somente os veículos que seriam realmente utilizados continuariam sob posse da DFTrans e determinamos a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 10 2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	8

devolução dos demais por entender que não atenderiam o interesse público a retenção de veículo sem a devida utilização.

Dos problemas relativos ao cadastramento de veículos.

A diretoria operacional de então, em total descompasso com as ações de planejamento e gestão, sugeriu as seguintes medidas:

1 – Encerramento da operação de transporte público coletivo em virtude do vencimento legal das permissões outorgadas às empresas.

Em resposta a essa solicitação, por motivos óbvios, afastado o encerramento da operação de transporte coletivo em virtude do vencimento legal das permissões outorgadas às empresas, é que não havia substitutas e, se fosse acatada a inusitada pretensão da então diretoria operacional, se interromperia a prestação de serviços.

Sugeriu a então diretoria operacional:

2 – Retirada de circulação dos veículos que tivessem alcançado a idade limite.

Nossa decisão: inviável a retirada de circulação dos veículos que tivessem alcançado a idade limite, porque a substituição pura e simples lhes garantiria o direito à indenização prevista no art. 42 da Lei Federal 8.987, de 1995, uma vez que não haveria integral depreciação do valor do veículo.

Terceira proposta da então diretoria operacional:

3 – Punição aos permissionários pela falta de apresentação de plano de renovação de frota.

Nossa resposta: estando em curso nova licitação do sistema, porque a nova licitação de todo o sistema de transporte público coletivo, que esteve sob a responsabilidade direta da Secretaria de Transportes, como substituir, até pelos motivos acima suscitados, a frota, e assim é inviável qualquer punição aos permissionários pela falta de apresentação de plano de renovação de frota.

Sugestão da então diretoria operacional:

4 – Estranhamente as empresas que substituíram os veículos por outros mais novos demonstraram preocupação com a possibilidade de aporte de capital consistente na atualização dos veículos.

Nossa resposta: as empresas que substituíram os veículos firmaram termo de renúncia a qualquer indenização decorrente e, pelas substituições realizadas a partir de 2011, pelo ato de voluntária exposição, não haverá qualquer indenização, ou seja, houve renovação de frota sem que isso vá implicar em indenização, na medida em que houve renúncia formal por parte desses operadores.

5 – A solução da questão atinente a veículos em situação excedente operacional.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 10 2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	9

Nossa resposta: os veículos em situação excedente operacional tiveram a situação regularizada pelo advento do Decreto nº 33.556, de 1º de março de 2012, que foi exatamente aquele que permitiu a operação dos então operadores que garantiam a prestação dos serviços, na medida em que estava em curso uma licitação para a renovação de toda a frota e implantação de um novo serviço de transporte coletivo.

6 – Substituição de veículos em nome de terceiros.

Nossa resposta: o veículo é um bem móvel e, nessa condição, a propriedade se transfere pela entrega do veículo, sendo o registro de propriedade irrelevante para esse fim, conforme, inclusive, já foi decidido pelo egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

Como se vê, não merecem ser acatadas quaisquer das inquietações apontadas pela então diretoria operacional.

Outro item constante no requerimento e na denúncia da associação dos servidores.

Da acusação de perseguição de servidores.

A acusação de que se persegue, no âmbito do DFTrans, servidores, além de inverdadeira, vai no sentido contrário. Alicerçando-se em uma pretendida independência funcional, os servidores se recusavam, alguns deles, a acatar as decisões da diretoria geral. Para se ter uma ideia, não existia fiscal nos postos localizados nos terminais rodoviários, e nada obstante houvesse planejamento e gestão, não havia fiscalização. Ao determinar que a programação fosse submetida à diretoria geral, a diretoria colegiada apenas reconheceu a ineficiência da fiscalização e buscou sintonizar as ações dos fiscais aos demais setores do órgão. Contra isso se rebelaram alguns servidores. Em evidente quebra de hierarquia, recusaram-se a redigir as programações fiscais. O fato ensejou a substituição da diretoria operacional e, desde então, nada obstante aos reclamos da Assefit, a fiscalização tem sido eficiente. A nova programação fiscal, implementada em junho passado pela diretoria colegiada do DFTrans, impôs aumento significativo no número total de aplicações de autos de infração, que engloba não só autuações contra pirataria, mas também monitoramento de frotas, como manutenção de pneus, freios, faróis, etc.

A nova programação reinstituiu as escalas e locais de trabalho dos auditores fiscais, com a fiscalização da prestação de serviços, que fora abolida desde 2007, bem como as respectivas jornadas de trabalho e atividades a serem executadas.

Com essas medidas tem sido possível regularizar a prestação de serviços e se garantir a transição para o novo sistema.

Sobre, ainda, a questão do uso das pressões sobre servidores, sobre questões relativas a filiações partidárias, eu queria pedir ao (inaudível) que colocasse uma lâmina para que os senhores possam ter uma ideia do nível de influência que nós exercemos sobre os servidores relativamente a questões de natureza de filiação



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 10 2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	10

partidária. Vocês estão vendo ali. Hoje, nós temos no DFTrans 88 cargos comissionados: 45 cargos sem vínculo, 30 cargos de servidores, 13 cargos vagos. Desses 88 cargos comissionados, 13 cargos são ocupados por pessoas filiadas ao meu partido, o PPL, ou seja, isso representa menos de 15% do total de servidores comissionados filiados ao PPL. Temos hoje uma diretoria colegiada formada por cinco diretores; dos cinco diretores, dois são filiados ao PPL e três são filiados ao Partido dos Trabalhadores. Das 12 gerências existentes no DFTrans, apenas uma gerência é ocupada por pessoa filiada ao meu partido. Portanto, esses dados demonstram de forma cabal que não há, da nossa parte e no uso dos cargos comissionados, qualquer tipo de favorecimento ao nosso partido. Muito pelo contrário, nós temos, pelos dados demonstrados, uma participação bastante modesta na ocupação dessas funções comissionadas do DFTrans.

Quanto ainda à questão da bilhetagem, porque esse assunto foi objeto de várias especulações... Eu pediria ao Eliomar que colocasse a lâmina relativa à Transdata para que os senhores tenham uma ideia do que aconteceu no caso da bilhetagem. O contrato inicial realizado em 2007 entre as permissionárias e a Transdata, com a interveniência do Setransp – que é o sindicato dos transportadores local –, foi firmado, como eu disse, em 2007. Em 2008... Quero fazer uma retificação: falei 2006, mas na verdade é em 2007. Em 2008, o contrato foi assumido pela Fácil com o valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) mensais a título de locação do sistema TDMax. A DFTrans sempre ressarcia o valor pago com fundamento no art. 59, da Lei nº 4.011, de 2007. Em janeiro de 2011, foram interrompidos todos os repasses à Fácil, inclusive à Transdata. Em junho de 2011, foram assumidos todos os contratos celebrados com a Fácil, inclusive a Transdata, com valor contratado. No mês de novembro de 2012, assumimos a Fácil e vimos a necessidade, até por força do decreto do governador, de manter esse sistema de bilhetagem, pois a não manutenção representaria um transtorno muito grande para o sistema: substituição dos cartões e da tecnologia. E, na medida em que já estava em curso uma licitação do transporte coletivo, que começou logo no primeiro ano do Governo Agnelo, não havia sentido, naquele momento, alterar o sistema de bilhetagem e contratar outra empresa; na medida em que uma licitação está em curso e está sendo finalizada teria que ser feita mudança na sistemática da bilhetagem automática.

No mês de novembro de 2012, logo depois de ter acesso integral ao sistema, por decisão judicial determinando que os operadores entregassem as senhas do sistema TDMax, a que eu já me referi, celebrou-se o contrato emergencial com a empresa. Em abril de 2013, verificando que o valor pago à Transdata poderia se referir a equipamentos embarcados, foi determinada, a partir de uma manifestação do Tribunal de Contas, a cobrança desses valores das permissionárias e a redução do contrato, que hoje está sendo mantido por valores correspondentes a R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais) por mês, em fase de auditoria, para verificar a adequação do valor contratado. Sendo que, na hipótese de inadequação, a empresa deverá ressarcir os valores eventualmente pagos a maior. Esses valores foram



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 10 2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	11

posteriormente identificados numa auditoria feita pelo Tribunal de Contas e imediatamente nós suspendemos o pagamento. Pagamos hoje só a licença e abrimos essa auditoria, inclusive estamos estudando no âmbito da nossa assessoria jurídica uma ação de natureza judicial com o objetivo de assegurar a prestação de serviços até a conclusão da atual licitação, na medida em que não houve entendimento entre o DFTrans e a Transdata sobre um novo contrato emergencial. Essas são as informações relativas à questão da bilhetagem automática.

Em relação ao grupo Algar, que é outro contrato questionado... Eu queria pedir ao Eliomar que colocasse o do grupo Algar. Da mesma forma, o DFTrans inicia o sistema de bilhetagem conforme os decretos tais, tais e a Lei nº 4.011. Assumimos definitivamente o SBA em 16 de junho de 2011. A contratação do grupo Algar se dá imediatamente após essa... Mantivemos o contrato e depois fizemos um contrato emergencial para a manutenção do serviço de *datacenter* e dos *links*, serviços que estão sendo agora assumidos pela secretaria de planejamento.

Concluindo, a situação do DFTrans vem a cada dia melhorando e rotineiramente são implementadas novas rotinas para se garantir a eficiência, a governança e a transparência na utilização dos recursos públicos:

Srs. Deputados, só conseguimos atingir os objetivos acima mencionados com os respaldos decisivos do Governador Agnelo Queiroz, do Vice-Governador Tadeu Filippelli, do nosso Secretário de Transportes, sem os quais seria impossível chegar aonde chegamos em três anos: promovendo a maior licitação da história de Brasília e a maior na atualidade do País; intervindo no sistema de bilhetagem automática que estava sob o controle das empresas; intervindo numa empresa privada que deixou de cumprir um termo de ajuste de conduta e deixou de atender a população de regiões carentes do Distrito Federal; já começamos a renovar toda a frota, exceção dos que ainda têm contrato com o governo, o que deve ser concluído até o final do ano. Com essa renovação, outras importantes conquistas virão como integração, monitoramento eletrônico, informação em tempo real aos usuários, a política de implantação dos corredores exclusivos na modelagem BRT, nas faixas exclusivas, isso vai continuar porque é uma obsessão do nosso governo retirar carros de circulação, especialmente no horário de pico, para assegurar o direito constitucional do cidadão de ir e vir, principalmente às centenas de milhares de trabalhadores da nossa Capital, aqueles que mais dependem dos ônibus, que vão depender no futuro dos BRTs, do metrô, do futuro VLT, das ciclovias etc.

Somente com a implantação das atuais faixas, senhores, houve um incremento de cinco a doze por cento de passageiros nas linhas operadas nessas vias, o que demonstra a absoluta prioridade que este governo dá ao transporte coletivo, inclusive aos que usam carros particulares, porque terão vias muito menos congestionadas. Isso vai significar acima de tudo melhoria da qualidade de vida da nossa população. A implantação do serviço executivo, a exemplo do que foi implantado no Sudoeste e no aeroporto, a nova licitação do transporte rural, a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 10 2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	12

ampliação dos serviços de transporte noturno, o chamado corujão, são algumas das outras prioridades que já estão sendo enfrentadas.

Srs. Parlamentares, mobilidade urbana, conforme verificamos nas últimas manifestações de rua em nosso País, excluídos os excessos que todos condenamos, entrou definitivamente na agenda política nacional. Trata-se de uma prioridade de todas as instâncias de governo e uma problemática que mobiliza os mais distintos segmentos sociais, pois a solução desses problemas resulta em economia de tempo para os que precisam e utilizam o transporte coletivo, em última instância qualidade de vida. Brasília é uma capital cuja conformação urbanística favorece o transporte individual e não o coletivo, além de concentrar excessivamente nas suas regiões centrais emprego e muitas atividades sociais e equipamentos urbanos. Tarefa inadiável a desconcentração dessas atividades.

Nosso Governador já começou a fazê-lo. A transferência do centro administrativo do governo local para Taguatinga e a implantação de grandes polos de desenvolvimento nas regiões administrativas mais distantes são passos fundamentais nesse sentido. Por essas razões, priorizar o transporte coletivo de massa e implantar um sistema de mobilidade urbana eficiente, rápido e seguro é fundamental. Com o apoio do nosso Governador, do Vice-Governador, da Secretaria de Transporte, vamos continuar persistindo nesse novo caminho.

Muito obrigado. Coloco-me à disposição dos Srs. Deputados para eventuais esclarecimentos.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Sr. Campanella, pela explanação inicial.

Passaremos às perguntas dos Deputados da comissão, logo em seguida dos Deputados presentes que queiram se pronunciar.

Os Deputados têm, pelo tempo regimental, dez minutos para formularem suas perguntas e o Sr. Campanella terá o mesmo tempo para respondê-las. Nós faremos pergunta a pergunta. Então, faremos a pergunta, o Sr. Campanella responde, depois voltamos e fazemos nova pergunta e o Sr. Campanella responde.

Eu inicio com as perguntas da Presidência e, a partir daí, fará as perguntas a relatora e, logo em seguida, os outros dois membros da comissão que estão presentes.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu não medi o tempo para fazer as quarenta e sete perguntas que tenho.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – A senhora tem dez minutos por pergunta.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 10 2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	13

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Sem revisão da oradora.) – Ah! Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – São 470 minutos. Então, temos tempo. Vamos comprar o lanche, o almoço, que temos tempo.

Na realidade, o que está acontecendo aqui é uma coisa importante que veio para a Câmara Legislativa do Distrito Federal. Um mecanismo de fiscalização importante que hoje a Câmara tem. Esta comissão é exatamente para isso. Nós não estamos aqui com a missão ou a função de execrar ninguém, de perseguir ninguém, de fazer perseguição política, mas, simplesmente, de esclarecer aquilo que foi colocado e sobre o que a população tem de dúvida.

Neste caso, nós tivemos várias denúncias de várias fontes diferentes e agora estamos fazendo este trabalho de esclarecimento. Já agradeço ao Campanella por vir aqui. Esta é a oportunidade que ele tem de responder às perguntas que, muitas vezes, não se conseguiam fazer diretamente para ele. Essa é a missão desta Casa. Essa é a função desta comissão, neste tipo de trabalho. Todos os dias, todos os momentos a Comissão trabalha nesse sentido. Não especificamente na questão das denúncias, mas num plano de trabalho de fiscalização de plano de governo.

A maioria do que está sendo colocado, a grande quantidade de escuridão que existe – na escuridão há fantasma e, se não houver, aparece – é por falta de gestão, é por gestão inadequada, é por falta de gestão de longo prazo. Isso temos falado e repetido. Mas em função do modelo da democracia representativa em que vivemos, dos soluços mandatários em que muda tudo de quatro em quatro anos, normalmente, normalmente os governos não planejam, os governos não fazem a gestão adequada, vivem em disputa. Os órgãos não conversam, não têm um modelo em que possam atingir metas, com planos claros para todo mundo.

Então, em todas as secretarias do governo, não só neste, mas em todos os governos, os objetivos são diferentes. Logicamente, se temos objetivos diferentes com governos totalmente diversos e em disputa pela questão partidária, nós não vamos chegar a lugar nenhum. Como eu digo para as pessoas, não há perigo de dar certo. Essa é uma lógica com a qual vamos trabalhar.

Quando há fiscalização de governança e fiscalização, o modelo desta comissão é um modelo também norteador de política pública. Um modelo que vai buscar nortear fiscalizando, numa fiscalização construtiva. Esta Casa quer que os governos deem certo. É o dia a dia do cidadão que está envolvido nesse processo. Ninguém aqui torce para dar nada errado. Nós torcemos para que dê certo. O governo que entra passa a ser o governo que nós vamos fiscalizar, que esta Casa vai fiscalizar, seja qual for ele.

Aí é uma situação difícil porque todas as vezes em que interpelamos ou fazemos qualquer tipo de movimento no sentido de fiscalização, confundem-se as coisas. A instituição é para isso. Esta Casa fiscaliza, representa e legisla. Fiscalizar é



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 10 2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	14

o tripé mais forte hoje, porque lei existe demais. Então, a função primordial desta Casa é fiscalizar o Poder Executivo. E é o que nós estamos fazendo.

Então, iniciarei com algumas questões.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal havia informado que mandaria dois ou três técnicos para acompanhar esta oitiva. Eu gostaria que V.Exa. arguisse se aqui temos a presença de algum técnico do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Temos aqui três técnicas do Tribunal de Contas do Distrito Federal. Estão presentes.

Eu gostaria de trabalhar então.

Eu falei em dez minutos por pergunta, mas vamos ver se conseguimos fazer com a maior brevidade possível, para que haja os esclarecimentos e consigamos terminar esta reunião.

Então, vou começar com a gestão do sistema de bilhetagem automática.

A gestão do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal cabe atualmente ao Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTrans. Em decorrência disso, também a gestão do sistema de bilhetagem automática – SBA, definido pela Lei nº 4.011, de 2007.

O Senhor já explicou o funcionamento para todos, aqui, que tiveram o entendimento disso, mas eu gostaria de trabalhar o assunto.

Quais providências foram tomadas em relação às irregularidades apontadas pela inspeção realizada pela Secretaria de Transparência e Controle do DF no passe livre estudantil e no sistema de bilhetagem automática do Sistema de Transporte Público do DF?

É o seguinte: a inspeção realizada pela Secretaria de Transparência e Controle do DF, em 10 de novembro de 2011, no SBA, traz várias recomendações no sentido de aperfeiçoar o controle do sistema. Que providências foram tomadas pelo DFTrans para sanar essas irregularidades, tendo em vista os prejuízos? Que falhas de controle como essas podem trazer aos cofres públicos?

No mesmo assunto: Quais são os meios de controle utilizados pelo DFTrans para verificar a correta utilização do passe livre estudantil e do passe livre para os portadores de necessidades especiais?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Foram adotadas, Sr. Presidente, inúmeras providências no sentido de controlarmos mais efetivamente o uso tanto do passe livre estudantil quanto para os portadores de necessidades especiais. Se for



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 10 2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	15

possível abrir um pouco mais a lâmina, para fazermos a leitura, vocês vão verificar diversas ações adotadas. Por exemplo, ali, em relação ao PNE, em que nós identificávamos, desde 2007, diversas discrepâncias entre o cadastro... Quem faz o cadastro dos portadores de necessidades especiais é a Secretaria de Justiça e Cidadania. Os senhores podem ver as discrepâncias entre os cadastros: a partir de 2007, 21 mil; em 2008, 5.400; em 2009, 191 mil. Em 2010 já caiu para 95 mil. E agora, em 2012, no último ano, houve apenas treze discrepâncias entre o cadastro da Secretaria de Justiça e o cadastro do DFTrans.

Nós também suspendemos, ainda no início deste ano, aproximadamente 27 mil cartões, que estavam sendo utilizados de forma irregular e que foram apontados nessa auditoria. Foram 27 mil cartões.

Temos feito um trabalho sistemático, junto com a Secretaria de Justiça e Cidadania, para garantir a boa aplicação desse benefício. Afinal de contas, é um benefício que atinge a todos os portadores de necessidades especiais, que efetivamente precisam do benefício.

Nós, inclusive, implantamos também, no âmbito da nossa bilhetagem automática, uma trava, e "parametrizamos" o sistema, de modo a não haver utilização acima daquilo que prevê a lei, isto é, oito viagens por deficiente físico mais oito viagens por acompanhante.

Então hoje já existe, no sistema, a norma de que ninguém pode utilizar mais de oito viagens/dia, seja o deficiente físico, seja o seu acompanhante, exceto se comprovada essa necessidade no cadastro feito pelos portadores de necessidades especiais.

Da mesma forma, fizemos isso em relação ao passe livre estudantil. No caso desse passe, os estudantes têm direito a até 54 viagens/mês, a não ser aqueles que comprovem, efetivamente, o uso do passe livre inclusive nos finais de semana, nos sábados. Essas pessoas podem obter um benefício maior. Mas de modo geral são 54 viagens/mês. Isso é o que estabelece a lei. A lei é que estabelece essa limitação no uso do passe livre estudantil.

Todos os estudantes têm direito, mas não é um direito ilimitado. É um direito que está limitado à residência do estudante em relação à sua escola. Ele tem de morar, pelo menos, a mais de um quilômetro da escola – é isso que diz a lei – e ele poderá, então, ter acesso a um determinado número de linhas para atendê-lo no seu deslocamento da residência para a escola e vice-versa. E nós já adotamos esse limitador do passe livre estudantil.

Portanto, hoje nós podemos garantir aos senhores que, apesar de não termos ainda mudado o sistema de bilhetagem automática, por conta de todos os motivos que eu aqui coloquei, porque não tinha sentido mudarmos o sistema de bilhetagem automática por um sistema velho, que precisa ser mudado.

Hoje os ônibus novos estão chegando, com novos validadores, com novas catracas eletrônicas, e essa bilhetagem só teria sentido com essa licitação que está



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 10 2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	16

em curso, para que ela seja implantada nos novos ônibus que entrarão em circulação. Mesmo assim, com um sistema velho, um sistema obsoleto, nós conseguimos reduzir substancialmente os gastos do setor público com a inclusão dessas limitações. Obviamente, houve um aumento de estudantes beneficiários do sistema. Houve também um aumento dos portadores de necessidades especiais, mas houve muito mais rigor na aplicação de travas, de limitações – inclusive tecnológicas – do sistema que permitiram o controle desses dois benefícios.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok. Várias irregularidades têm sido atribuídas a falhas encontradas no sistema de bilhetagem eletrônica. O sistema parece incapaz de realizar qualquer crítica a irregularidades, permitindo que um mesmo cartão seja descarregado seguidamente no validador, permitindo a operação de veículos, mesmo após o encerramento do contrato, ou ainda, apresentando divergências a informações registradas e armazenadas no sistema, de modo que auditores fiscais, por um lado, e prestadores de serviços, por outro, cada qual, com a utilização de senha própria, tenha obtido informações diversas, conforme denúncias.

Que providências estão sendo tomadas para evitar que essas falhas aconteçam? Considerando que esse problema vem sendo apontado desde que o DFTTrans assumiu a SBA, por que ainda não foram tomadas providências efetivas, tendo em vista que a demora traz prejuízos sérios ao Erário? Logicamente, o senhor colocou agora há pouco que o sistema é velho, que há problemas, mas, como há prejuízo, tem que ser estancado na hora. Se já se detectou o prejuízo, no nosso entendimento, essa questão não pode continuar, porque todos os recursos, todo o processo e a demora na implantação dos novos ônibus podem durar até o final do governo, e o prejuízo já foi visto, já foi sentido. Há certeza de que ele existe, mas está se esperando para tomar uma providência. O que o senhor poderia falar sobre isso?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Bem, Sr. Presidente, em relação ao uso excessivo dos cartões de modo continuado, como verificamos em algumas auditorias, nós já tomamos uma providência. A providência já foi tomada. Restringimos, inclusive, o uso do vale-transporte, como eu disse na minha colocação inicial, até por força de uma lei federal. Hoje, o vale-transporte só pode ser utilizado numa viagem, numa única viagem de ida para o trabalho e de volta para casa, conforme prevê a lei federal que é objeto, inclusive, de isenção fiscal para as empresas que adotam o vale-transporte para os seus empregados. Como ela é uma lei que prevê isenção fiscal, nós tivemos que fazer essa limitação, até porque as auditorias também comprovaram o uso indevido do vale-transporte em várias situações e uma responsabilidade direta por parte de operadores, eventualmente, e de servidores dessas empresas, que permitiram esse uso irregular, esse uso indevido, esse uso excessivo. Essa providência já foi tomada. Hoje, não há mais como utilizar o vale-transporte mais de uma vez, a não ser que você demonstre que precisa fazer mais de uma viagem para chegar ao seu trabalho e retornar para casa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 10 2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	17

Em relação às catracas eletrônicas, apesar de toda essa ineficiência do sistema que está sendo licitado, eu quero dizer que nós determinamos que as empresas têm sete dias para atualizar suas catracas eletrônicas, sob pena de não receberem os valores relativos a sua operação. Muitas empresas não fazem a atualização dessas catracas e isso gerou problemas. Hoje, elas têm até sete dias para fazer a atualização. Se não fizerem essa atualização em sete dias, conforme determinação do órgão, elas não recebem os valores da operação.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – O senhor, então, concorda que, em função da defasagem do sistema, existe prejuízo ao Erário, hoje, acontecendo?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Todos esses recursos que foram movimentados a partir de irregularidades auditadas foram recuperados pelo sistema, a partir da glosa dessas empresas. Inclusive, nós podemos apresentar à Comissão as informações relativas às glosas, as retenções e os recursos relativos a essas operações irregulares de todas as empresas em que operações dessa natureza foram auditadas.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Tendo em vista o exercício institucional fiscalizador atribuído a esta Comissão, nós solicitamos, em 15 de agosto de 2013, por meio do Ofício nº 20, de 2013, senha de acesso a todos os membros desta Comissão para consulta ao Sistema de Bilhetagem Automática – SBA, e até hoje não obtivemos essa resposta. Por que, até hoje, não nos foi enviada nenhuma resposta e qual a dificuldade no atendimento dessa solicitação feita por esta Comissão?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Nenhuma dificuldade, Sr. Presidente. Nós apenas disponibilizamos essas senhas, através da Presidência desta Casa. A Presidência desta Casa já recebeu as senhas solicitadas do TDMax.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em que período? Porque, como o ofício foi da Comissão, nós teríamos que recebê-lo de volta. Há prazo determinado, previsto na Lei Orgânica, etc... Eu gostaria de saber a data em que isso veio para o Presidente da Casa.

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Ok. Eu informarei ao Presidente até o final desta reunião.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em 10 de junho de 2013, por meio do Ofício nº 9, de 2013, solicitamos ao senhor informações sobre o Decreto nº 34.232, de 22 de março de 2013, acerca de cargos criados na estrutura do DFTrans.

Em 19 de agosto de 2013, por meio do Ofício nº 22, de 2013, reiteramos nossa solicitação anterior, e até hoje não recebemos nenhuma resposta.

A criação de cargos públicos por decreto afronta o disposto no inciso XIII do art. 37 e II do § 1º do art. 169, ambos da Constituição Federal; do art. 47 da Lei Distrital e dos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 2000, Lei de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 10 2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	18

Responsabilidade Fiscal, constituindo-se dessa forma um ato nulo de pleno direito, nos termos do art. 21 da mesma LRF. O que o senhor tem a dizer sobre isso?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Eu precisaria de informações mais detalhadas sobre esses cargos que foram criados para poder me manifestar, para poder responder com mais precisão, até porque são cargos criados por decreto do governador. Então, eu não saberia responder de pronto o que motivou a criação e quais seriam esses cargos.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Por isso é que nós mandamos o ofício no dia 10 de junho de 2013 e reiteramos o pedido no dia 19 de agosto de 2013. Nós estamos em novembro. Se o senhor pegar esses ofícios, reiteradas vezes, nós pedimos. Então, que o senhor pudesse nos mandar a resposta, porque esclareceria a Comissão.

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – A nossa assessoria vai pegar essa informação.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Agradeço.

Em denúncia da Associação dos Auditores Fiscais e de Transporte do DF encaminhada ao Procurador-Geral do Ministério Público, relata-se que, segundo o registro do Sistema Informatizado TDMax, a Empresa Rota Transporte de Passageiros e Locação de Veículos estava operando no dia 23 de fevereiro de 2013, período em que não vigorava nenhum contrato desta com a Secretaria de Estado de Transporte do Distrito Federal. O contrato emergencial celebrado entre a empresa e a Secretaria de Transportes teve a sua vigência expirada em 19 de janeiro, e o novo contrato só permitiria a prestação de serviço a partir do dia 25 de março. Em operação conjunta com a Divisão Especial de Repressão aos Crimes contra a Administração Pública – DECAP e a Divisão de Operações Especiais da Polícia Civil, os auditores fiscais do órgão flagraram seis veículos, três da Cootransp e três da Moura, operando sem cobertura contratual e com validadores. Como o senhor justifica a ocorrência de tais fatos em flagrante desacordo com as normas que tratam de concessões e permissões de serviço público no Distrito Federal?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Nós queríamos, sobre essa questão, dizer o seguinte: alguns contratos emergenciais foram firmados exatamente para atender à população de Planaltina, uma população muito sacrificada.

Desde que assumimos o DFTrans, logo no início, em 2011, o governo se deparou com a falência de uma cooperativa. Por isso, tivemos que fazer alguns contratos emergenciais. Alguns desses contratos venceram. Um deles foi o da Rota; o outro foi o da Cootransp, bem como esse da Moura. Em razão de a nova empresa que ganhou a licitação não ter disponibilizado ainda os veículos para a bacia norte da cidade, amparado pela Lei Orgânica do Distrito Federal, pela Constituição, que dá respaldo ao agente público para manter os serviços funcionando, os serviços essenciais de transporte, muitas dessas operações foram mantidas. Carros não cadastrados, isso só pode ser atribuído à eventual ineficiência da nossa fiscalização.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 10 2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	19

(Risos na plateia.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Na realidade, gente, eu vou pedir... Nós fazemos um trabalho muito sereno na Comissão. Eu vou pedir para que não façamos esse tipo de colocação, por favor.

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Se alguma empresa está rodando com carro não cadastrado, esse carro tem que ser retido. Toda fiscalização que foi feita no sentido... Quando eu falo ineficiência da fiscalização, eu não estou falando ineficiência dos fiscais. Eu estou dizendo que há uma limitação concreta. Temos hoje um número pequeno de fiscais para fiscalizar uma frota de 3.500 ônibus. Essa frota não é monitorada. A forma de superarmos isso é com a implantação de um sistema de monitoramento. Aliás, nós já estamos começando, Sr. Presidente, a monitorar essa frota nova que está chegando. Hoje já temos, no DFTrans, uma série de situações pela qual já acompanhamos o monitoramento de carros novos. Aí, sim, poderemos fazer uma fiscalização em tempo real para saber, efetivamente, se o operador está cumprindo a viagem, se ele está rodando com o carro cadastrado ou não cadastrado. Quando eu digo ineficiência da fiscalização, não é para atingir nenhum fiscal, muito pelo contrário, todos são muito competentes. É para identificar a limitação da nossa ineficiência, no geral, desse sistema de fiscalização que temos. Não temos fiscais em tempo real, o tempo todo nas ruas de Brasília, para identificar se o operador está ou não...

Então, são casos em que operadores não foram flagrados pela fiscalização em razão dessa limitação da fiscalização em não poder estar o tempo em todos os lugares. A segunda questão que V.Exa. levanta diz respeito a empresas que estavam rodando sem contrato. A Moura, por exemplo, a partir do momento da manifestação do Ministério Público e da inidoneidade da empresa, ela foi retirada imediatamente de circulação. No caso da Cootransp, houve um novo contrato para que ela continuasse operando, em razão do atraso na entrega. Na licitação da última bacia, que foi exatamente a Bacia Norte, a empresa piracicabana foi a vencedora. Os carros já estão chegando e esses contratos emergenciais serão suspensos, bem como foram suspensos aqueles que não tinham cobertura contratual.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok. Na realidade, o que percebemos é que, na vontade de se trabalhar nessa coisa do transporte, com todos os problemas que nós entendemos que existem aqui, verdadeiras máfias instaladas nesse processo do transporte público no Distrito Federal, não conseguimos enxergar. Se eu tenho uma frota nova sendo implantada e a ideia, o projeto prevê GPS e todo um projeto de controle desses carros, automaticamente, eles rodam com esses equipamentos embarcados e não se faz o controle, percebe-se, claramente, que há uma falta de planejamento no processo. Claramente! Há falha de planejamento, porque é inadmissível. (Palmas.)

Vou pedir para os senhores também, porque fazemos um trabalho e é uma característica minha fazer um trabalho extremamente sereno, claro, calmo, tranquilo e imparcial, que possamos trabalhar de forma coerente. Prezo muito pela coerência



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 10 2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	20

dos trabalhos! Todo trabalho que eu faço vai até o fim, extremamente embasado. A decisão é clara e se chegou a uma decisão dos trabalhos porque não há como ter recurso. Por isso, tomo todo o cuidado de fazer o trabalho de uma forma completa, mesmo que, com isso, tenhamos de sofrer bastante no caminho. Está ok? Quero agradecer ao Sr. Campanella por essa parte.

Concedo, rapidamente, a palavra à nossa Relatora, Deputada Eliana Pedrosa para que faça suas perguntas.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Meu bom-dia a todos e a todas e meus colegas também. Bom dia ao Diretor Campanella, ao qual agradeço a presença aqui na nossa comissão. Minha primeira pergunta é: a Lei nº 12.527, de 2011, que estabeleceu o acesso à informação tem como principais comandos:

- a) É dever do Estado garantir o direito de acesso à informação;
- b) a informação deve ser franqueada de forma ágil, transparente, clara e de fácil compreensão;
- c) a gestão da informação deve ser transparente e propiciar o amplo acesso.

Ante o exposto, pergunto: o DFTrans e V.Exa. têm conhecimento do conteúdo desta lei?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Sim. Tenho sim.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Então, por que ela é desrespeitada por V.Exa. e pelo DFTrans?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Nós não consideramos desrespeito, Deputada. Eu quero dizer a V.Exa. que, quando assumimos o DFTrans, tínhamos uma situação extremamente precária! Temos ainda uma situação limitada, inclusive para atender a determinados pedidos de informação. É importante também que se diga que essa situação... Chegamos a essa situação em razão do absoluto descaso com o órgão gestor ao longo das últimas décadas, dos últimos anos. Somente este governo teve a condição de recuperar o papel do órgão gestor, quando nós assumimos a bilhetagem e quando nós retomamos alguns instrumentos importantes de gestão e quando nós conseguimos, a partir, inclusive, da solução da bilhetagem, ter um controle mais eficiente do sistema, inclusive para fornecer informações a esta Casa, para exercer o seu papel fiscalizador ao Tribunal de Contas e aos outros órgãos de controle do Distrito Federal.

Então, muitas vezes, o problema não é desrespeito à lei, é realmente uma dificuldade interna e só agora, recentemente, o Governador teve a condição de contratar cerca de 90 servidores. Duzentos servidores haviam sido chamados e somente 90 servidores efetivamente foram contratados, para que nós pudéssemos recuperar esses instrumentos de gestão, esses instrumentos de planejamento do nosso órgão. O Presidente desta comissão, Deputado Joe Valle, tem toda a razão, realmente nós temos limitações no nosso planejamento por conta do sucateamento que foi alvo do DFTrans ao longo das últimas décadas. O DFTrans era um cartório



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31	10	2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	21

das grandes empresas aqui no Distrito Federal. Nós estamos, graças a Deus e graças ao nosso Governador e ao nosso Vice-Governador, começando a recuperar esses instrumentos de planejamento. É isso que está permitindo a gente fazer a maior licitação do nosso país em transporte e é isso que está permitindo a gente adotar medidas revolucionárias do ponto de vista do monitoramento da frota, da integração do sistema, da implantação de faixas exclusivas para a redução do tempo de viagem. Então, quero dizer à V.Exa. que temos conhecimento da lei. Mas nem sempre a lei pode ser cumprida na rapidez que todos gostariam que fosse cumprida e na ação do órgão gestor. Nós estamos recuperando aceleradamente essa nossa capacidade. Eu não tenho dúvidas de que iremos chegar em 2014, ao final deste governo, com o DFTrans totalmente diferente daquele que encontramos no início de 2011. (Palmas.)

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, eu gostaria de saber se vai haver manifestação, porque quando os servidores fizeram manifestação... Tudo bem. Estou querendo estabelecer, neste momento, qual a regra que temos aqui. Eu entendo que o Presidente já colocou que seria de bom tom não ter manifestações. Eu estou perguntando isso, porque se um lado tiver chance de fazer manifestação o outro também deverá ter essa chance.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Mais uma vez, eu gostaria de pedir a todos que pudéssemos ter uma reunião tranquila, para termos os esclarecimentos necessários, porque se nós começarmos com um processo de manifestações, nós não chegaremos ao final. Irá virar um palanque e não chegaremos ao final. Então, agradeço a todos e peço encarecidamente que consigamos fazer isso de uma forma bem tranquila, para que haja os esclarecimentos. Está certo?

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Obrigada, Sr. Presidente, eu gostaria de voltar à questão, partindo do pressuposto de que fosse realmente difícil fornecer informações, Dr. Campanella, qual a dificuldade de facultar uma cópia de processo e, principalmente, quando a própria Câmara Legislativa do Distrito Federal, por meio do pedido do Parlamentar, se o órgão não tem condições de tirar cópias, partindo também deste pressuposto, coloca-se à disposição para que o processo possa ser copiado. Não é informação é a cópia de um processo, dois processos ou de três processos. Qual é a dificuldade de dar transparência por meio da cópia do processo?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Bem, eu quero lembrar à Deputada Eliana Pedrosa que, para o fornecimento de informações relativas a processos internos do DFTrans, é necessário, pela Lei Orgânica do Distrito Federal, o respeito aos atos praticados pelas comissões e, no caso, pela Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Nós fomos orientados, pela nossa assessoria jurídica, a fornecer informações a partir de requerimentos aprovados pela Mesa Diretora, conforme estabelece a Lei Orgânica do Distrito Federal.

V.Exa. designou alguns servidores do seu gabinete para a obtenção desses processos, alguns servidores inclusive que não são de carreira. Há também um dispositivo da Lei Orgânica que diz que cargo em comissão não pode promover esse tipo de ato. Servidor de cargo em comissão só pode exercer atribuições de direção,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 10 2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	22

chefia e assessoramento. A Lei Orgânica do Distrito Federal, art. 19, inciso V: não pode um servidor da Câmara Legislativa ou de qualquer outro órgão, sem habilitação em concurso público para isto, chegar a um órgão público com incumbência de requisitar documentos e fazer auditoria. Na Administração Pública, vigora o princípio da legalidade – Lei Orgânica do Distrito Federal, art. 19, *caput*.

Portanto, todos esses contratos estão absolutamente à disposição desta comissão. Eu solicitaria apenas que eles fossem encaminhados a partir dos órgãos efetivamente competentes para a requisição desses documentos. Foi essa a orientação que nós recebemos da nossa assessoria jurídica.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Então, eu gostaria de esclarecer, Sr. Secretário, que os dois servidores são concursados. Os dois são concursados! Têm cargos em comissão na Câmara Legislativa, mas os dois servidores são concursados e estavam à disposição desta comissão.

Eu lerei para o senhor o art. 77 da Lei Orgânica do Distrito Federal, que estabelece que “a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Distrito Federal e das entidades da administração direta, indireta e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Câmara Legislativa, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder”.

Estabelece ainda, no parágrafo único, que “prestará contas qualquer pessoa física ou entidade pública que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Distrito Federal responda, ou quem, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária”.

O senhor tem conhecimento desse dispositivo da Lei Orgânica do Distrito Federal?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Tenho sim, Sra. Deputada.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Que o papel da Câmara Legislativa do Distrito Federal, além de elaborar leis, é fiscalizar os atos do Poder Executivo?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Tenho sim. Mas a informação que recebi, e que não foi contestada, é de que os servidores que se apresentaram não são servidores de carreira da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Teriam que ser servidores de carreira da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Foi sob essa ótica e sob esse enfoque que fomos orientados pela nossa assessoria jurídica.

Mas quero dizer à Deputada que todos esses documentos estão à disposição para serem encaminhados à comissão, para serem encaminhados à Mesa Diretora. Não há absolutamente nada a esconder no âmbito do DFTrans, muito pelo contrário, até porque esses documentos já são de conhecimento do Tribunal de Contas e da Secretaria de Transparência.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 10 2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	23

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Fica registrado aqui o total desrespeito à Lei Orgânica do Distrito Federal, em seu art. 57, cujo papel está, hoje, na Comissão de Transparência e Controle... E nós aqui fizemos todo o processo que hoje está previsto dentro do nosso Regimento, inclusive com a minha relatoria.

Nós tivemos oportunidade de mandar um ofício para o DFTrans e, em nenhum momento, esse ofício foi contestado ou chegou a contestação aqui, a esta comissão, a esta relatora, à Câmara Legislativa.

Vamos para a terceira pergunta: o senhor tem conhecimento das consequências legais quando o agente público não cumpre essas determinações, que responde por ato de improbidade administrativa e por crime de responsabilidade?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Tenho sim, Deputada. Desde que todos os trâmites legais sejam seguidos, tenho absoluta consciência disso. Há uma divergência de interpretação nessa questão que eu já coloquei aqui na minha intervenção anterior.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – O fato de o DFTrans não respeitar os dispositivos acima é porque o senhor aposta na impunidade?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Não, Deputada. É só olhar a minha trajetória política que a senhora saberá o que é impunidade e o que não é impunidade.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, embora a Deputada Eliana Pedrosa tenha já definido o lado que S.Exa. está defendendo, eu queria pedir à Deputada que não fizesse, a partir das suas perguntas, conclusões de julgamento com relação ao que nós estamos aqui ouvindo. Eu acho que todos nós – e o Deputado Joe Valle tem sido claro nisso, e eu o acompanho nessa questão – queremos buscar a verdade dos fatos, a materialidade dos fatos. É isso que temos que perseguir aqui, porque eu acho que já começar fazendo uma acusação dessa natureza não nos ajuda a encontrar a verdade sobre os fatos.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, é só para colocar aqui que a Deputada Eliana Pedrosa não afirmou nada. S.Exa. fez uma pergunta. Inclusive, o Sr. Campanella respondeu que não.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Eu vou pedir silêncio à plateia. Por favor.

Eu peço à Deputada Celina Leão... Por favor, Deputada Celina Leão, a senhora está na Mesa aqui, na nossa comissão, e é muito bem-vinda, mas, por



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 10 2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	24

favor, eu queria que agora a relatora tivesse a palavra e pudesse concluir as questões dentro das possibilidades.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Eu estou fazendo perguntas, e essas perguntas estão encadeadas, e têm uma lógica.

Quinta pergunta: o principal papel da Secretaria de Estado de Transparência e Controle é inspecionar e acompanhar as ações e os atos dos órgãos do Poder Executivo. No Relatório de Inspeção nº 01, de 2011, na parte introdutória, é relatado que a direção do DFTrans não prestou diversas informações, impondo restrições quanto aos métodos e à extensão dos trabalhos. Na parte conclusiva dos trabalhos, são apontadas como não atendidas as Solicitações de Auditoria nºs 2, 3, 5, 9, 10, 11, 13 e 18, todas de 2011, recomendando a instauração de processo de sindicância para apurar responsabilidades.

Essa sindicância foi instalada pelo senhor?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Sim, Deputada. Em relação a esse documento da Secretaria de Transparência, eu quero informar que ele foi feito numa época em que o DFTrans não dispunha – como não dispõe ainda totalmente – de condições de poder atender inteiramente as exigências da transparência da fiscalização, mas várias dessas providências foram adotadas. Nós vamos encaminhar à Comissão cada um dos itens que foram atendidos, das exigências ali colocadas por essa auditoria. Algumas estão em andamento ainda, até porque – digo e repito à senhora – nunca, nunca na história do Distrito Federal se fez uma auditoria tão ampla, tão profunda em relação à questão do sistema de bilhetagem automática com relação a todo o sistema de transporte público coletivo. Nunca se fez isso. Nos Governos anteriores, isso era solenemente ignorado, e, neste Governo, nós conseguimos avançar e muito no controle, na instituição da moralidade e numa nova prática em relação ao controle de um sistema que movimenta hoje algo em torno de um bilhão de reais por ano. Hoje, pela Lei da Mobilidade, esses recursos são recursos públicos, que devem ser tratados como tal.

Então, eu posso assegurar a V.Exa. que grande parte dessas exigências já foram atendidas. Nós abrimos inúmeras auditorias. Aliás, a nossa Assessoria Jurídica Legislativa nunca trabalhou tanto em toda a história do órgão, exatamente com o objetivo de atender a essas demandas de natureza judicial. Se nós não atendemos mais, foi por conta da situação de absoluto sucateamento, descaso que houve dos governos anteriores com o transporte público coletivo, em particular, com o órgão gestor.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Eu gostaria de saber se foi instalada essa sindicância. Sim ou não?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Sim.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Obrigada. No dia 29 de julho de 2013, DODF nº 154, página 41, o Tribunal de Contas do Distrito Federal publicou o Acórdão nº 174, de 2013, multando o senhor no valor de R\$ 7.100,00 (sete mil e cem reais) pelo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 10 2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	25

não atendimento da diligência determinada pela Decisão nº 2.698, de 2012, reiterada nos termos da Decisão nº 3.899, de 2012. Também no dia 3 de outubro de 2013, DODF nº 206, página 23, o Tribunal de Contas do Distrito Federal, por meio do Acórdão nº 261, de 2013... o senhor foi multado em R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) pelo descumprimento injustificado do disposto no item III da Decisão nº 3.752, de 2011, por meio da qual a Corte demandou determinações ao DFTrans, o senhor se coloca acima daquela Corte ao não cumprir diligências e determinações?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Não, muito pelo contrário, Sra. Deputada. Muitas dessas diligências, dessas determinações, elas não foram cumpridas pela falta de servidores estáveis no órgão, inclusive. Nós tivemos, em algumas situações, dificuldades em atender o Tribunal de Contas do Distrito Federal por conta disso, dessas limitações que eu aponte, aqui, anteriormente. Portanto, todas essas multas que foram geradas, preliminarmente, em caráter preliminar, estão sendo analisadas, porque nós apresentamos recursos a todas elas, justificando a razão de não termos atendido a tempo as solicitações que foram emanadas daquela Corte.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Esta Comissão de Fiscalização aprovou, por meio do Requerimento nº 2.718, de 2013, uma fiscalização no DFTrans. A fiscalização não pode ser realizada, porque o DFTrans negou a apresentação de documentos e o recebimento dos técnicos. Aqui, o senhor informou que não foi atendido, porque esses técnicos não seriam concursados.

Eu gostaria de saber quando isso foi dito ou manifestado a esta Comissão?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Através da nossa chefia de gabinete, houve essa informação. Essa informação foi prestada e nós solicitamos que fosse cumprida uma exigência legal de técnicos, inclusive, da área ...

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Foi presta a quem?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Foi prestada ao gabinete de V.Exa., porque foi o gabinete de V.Exa. que instou o órgão.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Não, não foi o meu gabinete que instou. Foi a Comissão. Eu como representante da Comissão. Não foi o meu gabinete que instou. Eu gostaria, então, de receber cópia protocolada com essa comunicação;

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Perfeitamente.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – A Associação dos Auditores Fiscais do Transporte do Distrito Federal — ACEFIT protocolou nesta Casa, no Tribunal de Contas do Distrito Federal e no Ministério Público, representações em face de irregularidades detectada no DFTrans, apontando sérios indícios de práticas de ilícitos que podem ter repercussões administrativas e judiciais para os responsáveis pelos atos causadores de possíveis danos ao Erário e à credibilidade no funcionamento do sistema de transporte. Mas o que mais me chamou a atenção, na



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 10 2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	26

representação, foram os atos que evidenciam o impedimento das funções dos auditores fiscais do órgão.

Em sua opinião, por que a sua gestão não conta com o apoio dos servidores de carreira?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Não entendi a última pergunta, Deputada.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Em sua opinião, por que a sua gestão não conta com o apoio dos servidores de carreira?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Nós contamos com o apoio de vários servidores de carreira. Alguns servidores de carreira, se não apoiam a nossa gestão, eles que têm de responder por isso. A nossa ação à frente do DFTrans, em nenhum momento, procurou limitar, procurou obstruir a ação da fiscalização, muito pelo contrário. Muito pelo contrário! O que nós buscamos o tempo todo – e podemos demonstrar isso, inclusive, com os dados relativos aos autos de infração, ao longo de todo esse período – é que as ações de fiscalização estivessem sintonizadas com as ações de planejamento e gestão do órgão. Infelizmente, a diretoria operacional da época estava absolutamente divorciada das ações de gestão e de planejamento do órgão, razão pela qual nós, muitas vezes, só tínhamos conhecimento dessas ações pelos jornais ou depois que elas aconteciam, sem que a direção colegiada tivesse um controle mais efetivo sobre a fiscalização. Nada contra a fiscalização, muito pelo contrário. Basta ver os dados relativos ao aumento, inclusive, das autuações, sejam elas em relação ao transporte público de modo em geral, sejam em relação ao combate à pirataria.

V.Exa. vai verificar que houve um aumento significativo depois da mudança da diretoria operacional. O que nós fizemos foram atos para sintonizar as ações da fiscalização com as ações de planejamento e gestão. E a diretoria operacional, à época, não quis atender a essa decisão, inclusive da nossa direção colegiada, fazendo programações fiscais absolutamente genéricas, pelas quais nós não tínhamos condições de ter o efetivo acompanhamento do que estava sendo feito num momento delicado como esse, de transição como esse, onde muitas vezes a população ficou sem ônibus, porque a fiscalização, em vez de fiscalizar os ônibus, de fiscalizar o sistema, em horários que permitissem a recuperação da frota para atendimento do passageiro, fazia a fiscalização em horários que tiravam os carros de circulação, não davam oportunidades para os operadores recuperarem esses carros e geravam transtornos imensos aos usuários. Exemplo disso foram duas paralisações, interrupções da BR-040, na região de Planaltina, por conta de ações de fiscalização que foram feitas sem sintonia com a gestão geral do órgão. E num determinado momento, nós solicitamos que as apreensões dos veículos tivessem a aprovação do diretor operacional exatamente para que houvesse essa sintonia, quando fizemos a mudança na diretoria operacional.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 10 2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	27

Então, Deputada, quero registrar a V.Exa. e aos membros desta Casa que não houve da nossa parte nenhum momento, muito pelo contrário – e os números demonstram isso –, qualquer inibição da ação de fiscalização que é fundamental para que possamos garantir um serviço de qualidade à população.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Em 2011, foi recomendada a instauração do processo de contas especiais para apurar as transferências de valores à Fácil, a título de restituições dos serviços prestados pela empresa Valex, maiores que os devidos. Essa tomada de contas especial foi instaurada? E, se foi, quais foram os seus resultados? Alguém foi punido?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Essa tomada de contas foi instaurada, está em andamento. E os resultados parciais, nós podemos disponibilizar a V.Exas.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – O sistema TDMax ainda é usado pelo DFTrans para gerar o relatório de resgate de crédito dos passageiros transportados no STPC/DF?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Sim.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Nesse caso, foi criado o relatório no TDMax que traga valores de integração consolidados com o resgate diário por produto, evitando que seja requerido manualmente, trazendo fragilidade ao procedimento de resgate diário?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Essa parametrização, a que se refere a Deputada, é uma parametrização que não foi possível ser feita em razão dos problemas que nós temos hoje no contrato com a Transdata. Nós tínhamos um contrato em execução. Foi suspenso por manifestação do Tribunal de Contas. Tentamos fazer um novo contrato e não foi possível em razão da absoluta falta de sintonia entre os interesses do órgão gestor e os apresentados pela empresa. Estamos, inclusive, adotando medidas de natureza judicial para garantir a manutenção do serviço, e já estamos licitando um novo sistema de bilhetagem automática.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Então, o outro processo está sendo licitado agora?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Exatamente.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Já foi publicado? Está em estudo?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Não. Está em fase de publicação. Acredito que, nas próximas semanas, já teremos o novo edital para contratação da nova empresa prestadora do serviço de bilhetagem.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – O DFTrans já estabeleceu normas determinando prazo limite para que as empresas operadoras do STPC/DF procedam à coleta de dados? Em caso positivo, qual foi a norma? Em caso negativo, por que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 10 2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	28

essa norma não é editada apesar da recomendação da STC – da Secretaria de Transparência?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Isso já foi atendido por meio de instrução de serviço. As empresas têm sete dias para prestação dessas informações.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Já foi atendido? Sete dias a partir de que data?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Não: As empresas... A partir da coleta dos dados.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – A partir da coleta.

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Exatamente. Se não, elas não podem receber, conforme eu disse anteriormente.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – O DFTrans editou norma determinando que os resgates de créditos sejam efetuados por transferências bancárias, e, caso seja necessário, a utilização de outros meios de pagamento que impliquem em taxas de serviços bancários cujos custos sejam repassados aos respectivos operadores?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Não. Apenas por ordem bancária isso é possível. Aliás, tem um decreto governamental instruindo isso.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Foi editada norma determinando como deve ser o repasse de valores referentes à venda da segunda via de cartões das contas do SBA para câmara de compensação de receitas e créditos? Se positivo, qual foi a norma?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – A senhora se refere à taxa relativa às operações?

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – É. Isso. A venda da segunda via dos cartões.

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Esse recurso é incorporado diretamente no orçamento do DFTrans.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Mas, tem uma norma dizendo como isso é feito?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Já é uma rotina do órgão. Nós pegamos e continuamos implementando.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Não tem uma norma, tem uma rotina.

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Tem uma rotina.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Essa rotina, poderia ser comunicado aqui agora como ela se dá?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Esses pagamentos são feitos através de boleto bancário e cai automaticamente na conta do órgão gestor.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 10 2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	29

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Boleto bancário, não é?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Exatamente.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Foi criada uma conta contábil e conta específica no BRB para controlar e movimentar as receitas provenientes da venda da segunda via de cartão?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Também não. Esses pagamentos são feitos e caem diretamente na conta do DFTrans.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Na conta do DFTrans.

Foi instaurado algum processo de tomada de conta especial para apurar os possíveis prejuízos causados pela retenção da receita da venda da segunda via de cartões pela Fácil?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Nós temos hoje uma auditoria, Deputada, que contempla um conjunto de questões, entre elas essa questão também, e isso está sendo auditado.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Ok. O DFTrans abriu no BRB contas específicas para cada produto – vale-transporte, PNE e PLE – para que fosse exercido um maior controle dos créditos? Os saldos dessas contas estão sendo investidos diariamente?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Sim, hoje esses recursos das gratuidades estão sendo concentrados no fundo de transporte. O fundo de transporte estava sob a gestão da Secretaria de Transporte, ele foi transferido para o órgão gestor, conforme inclusive prevê a lei, e hoje esses recursos estão no fundo de transporte que têm uma conta específica.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Tem contas específicas para vale-transporte, PNE e PLE?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Sim, tem contas específicas.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Tem contas específicas para cada um deles. E o que fica no banco está sendo investido?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Todos estão no fundo.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – E estão sendo investidos?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Sim, sim. Todos estão no fundo.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Quais foram as medidas adotadas para reverter os rendimentos das aplicações dos saldos das contas do SBA, dos produtos vale-transporte, estudante, cidadão e PNE, para o fundo de transporte do Distrito Federal, conforme previsto no inciso IX, art. 51, da Lei nº 4.011, de 2007? Qual foi o resultado da apuração dos prejuízos causados pela não aplicação dos saldos das faixas contábeis?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 10 2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	30

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Veja, Deputada, esses valores da faixa contábil primeiro têm que ser orçamentados, inclusive por lei. A partir do momento que eles forem orçamentados, eles se incorporarão ao nosso orçamento e poderão ser aplicados devidamente. Na faixa contábil, o banco não tem como fazer essas aplicações. E nós estamos obviamente fazendo o levantamento de eventuais prejuízos que foram acarretados em razão da não aplicação por ausência de uma incorporação desses... pela falta de incorporação desses valores ao nosso orçamento.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Foi definida uma sistemática de cruzamento de dados do cadastro SBA e de outros órgãos para evitar que benefícios sejam concedidos irregularmente e em duplicidade, realizando o bloqueio, via SBA, dos beneficiários que fazem a utilização indevida de mais de um benefício?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Sim. Isso foi feito inclusive no âmbito do próprio sistema de bilhetagem automática, e nós temos um trabalho rotineiro com a Secretaria de Justiça no caso do cadastro dos portadores de necessidade especial, dos deficientes físicos, para que haja uma sintonia entre os cadastros que são gerados na Secretaria e os cartões que são emitidos para atender os deficientes físicos. E no caso dos estudantes, cujo cadastro é feito pelo próprio SBA, pelo próprio DFTrans, há também no âmbito do SBA uma comissão acompanhando e fazendo a sintonia permanente entre a emissão dos cartões aos estudantes e aqueles que estão efetivamente cadastrados no sistema.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Foi inserido, nos formulários de cadastro do PLE, PNE, funcional, idoso ou qualquer outra gratuidade, campo com declaração de que o beneficiário da gratuidade, o (falha na gravação), não é contemplado por nenhuma outra gratuidade?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Não, mas é uma sugestão interessante que V.Exa. apresenta. Nós podemos incluir isso nos próximos cadastros.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Foi realizado um convênio com a Secretaria de Educação para que os dados do cadastro dos alunos que utilizam o Passe Livre Rural e o Transporte Escolar Especial sejam disponibilizados, para que o DFTrans possa receber o controle dos benefícios concedidos?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Sim, nós temos um convênio com a Secretaria de Educação pelo qual inclusive recebemos a frequência dos estudantes, com o objetivo de manutenção deles no benefício do Passe Livre Estudantil. Nós estamos inclusive discutindo com a Secretaria de Educação uma nova sistemática pela qual essas informações sobre a frequência dos alunos (falha na gravação) DFTrans, pela via eletrônica, para facilitar inclusive o nosso acompanhamento e a nossa concessão desse benefícios aos estudantes que têm efetivamente o direito de continuarem sendo contemplados pelo Passe Livre Estudantil, que é uma conquista dos estudantes, uma conquista de toda a sociedade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 10 2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	31

Portanto, todos os mecanismos que nós pudermos ter para garantir a moralidade na concessão desse benefício são fundamentais.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – A Secretaria de Transparência e Controle apurou, em inspeção, que houve concessão irregular de benefício em duplicidade. Foi instaurado processo de tomada de contas especial, em função do prejuízo causado ao erário distrital, em função da concessão irregular de benefícios em duplicidade? Em caso positivo, conseguiu-se apontar responsáveis?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Sim, a nossa assessoria jurídica está informando que nós temos várias sindicâncias que foram instauradas em razão desses problemas identificados, em função dessas duplicidades que foram identificadas na concessão desses benefícios.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Já há algum responsável? Já foi apurado algum responsável ou ainda não? Está em curso?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Não tenho isso agora de memória, mas eu informo à Comissão, tão pronto nós tenhamos consolidado esses dados.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – A Lei nº 4.582, de 2011, definiu prazo para que fosse realizado um cadastramento dos beneficiários do PNE, juntamente com a Secretaria de Justiça e Cidadania.

Esse cadastramento foi realizado? As divergências foram sanadas? Eu vi que o senhor apresentou...

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Muitas das divergências foram sanadas, tanto é que nós derrubamos recentemente 27 mil cartões, sem que isso gerasse qualquer ruído ao sistema. Nós não tivemos nenhuma manifestação representativa. Muito pelo contrário, o que mostra que aqueles 27 mil cartões estavam sendo utilizados... Aqueles que utilizavam, estavam sendo utilizados indevidamente. Esse cadastramento não foi feito porque aguarda-se uma regulamentação conjunta dessa lei, por parte da Secretaria de Transporte e da Secretaria de Justiça.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – O senhor disse que foram derrubados cerca de 27 mil cartões. Quantos são os remanescentes?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Aproximadamente oitenta mil cartões. (Pausa.)

Setenta e cinco mil, Deputada, para ser mais preciso.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Ok.

Foram inseridos, no Sistema TDMax ou nos cartões dos beneficiários, os limites de utilização de área trazidos na Lei nº 4.582, de 2011, evitando, assim, que os beneficiários façam a utilização do benefício acima do limite legal?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Sim.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 10 2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	32

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Foram recolhidos, suspensos ou bloqueados cartões de uso indevido desses beneficiários? Todos eles?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Sim. Bloqueados.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Como também foi instaurado processo administrativo para apuração dessas irregularidades?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Processo administrativo.

Temos mantido, inclusive com a Polícia Civil, informações permanentes para facilitar a ação que é permanente também, por parte daquele órgão, para coibir o abuso, o uso indevido, irregular e ilícito dos cartões.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Foi instaurado processo de sindicância para apurar as responsabilidades pelo acompanhamento inadequado do SBA, visto que a utilização inadequada do benefício de gratuidade pelos portadores de necessidades especiais vem de longa data?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Sim. Essa auditoria nossa é permanente, Deputada. Nós acompanhamos isso diariamente, exatamente com o objetivo de garantir a sintonia entre o cadastro real, o favorecimento àqueles que efetivamente têm direito, tanto ao Passe Livre Estudantil como ao Passe Livre ao Deficiente Físico.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – No relatório de inspeção, foi constatada falha no bloqueio que permite que os cartões bloqueados continuem a ser utilizados no sistema. Em função disso, foi instaurado algum processo de tomada de contas especial para apurar responsabilidades? Em caso positivo, quais foram os seus resultados?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Deputada, nem sempre os problemas que aparecem no sistema, nesse sistema TDMax, são identificados por problemas do sistema. Mas, sempre que são identificados, esses pagamentos são glosados, não são pagos. Sempre que eles são identificados.

Foram vários casos – nós podemos fornecer as informações à Comissão – de glosa, da prática de irregularidades por parte de operadores, enfim, de pessoas que utilizaram indevidamente esses cartões. Tem vários casos, várias situações, mas sempre que isso é detectado. Nem sempre o sistema – por falha do sistema, que está sendo renovado, um novo sistema está sendo licitado – consegue identificar essas irregularidades apontadas nos relatórios.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – No relatório de auditoria da Secretaria de Transparência foi constatada a evasão de receitas devido à falta de controle da utilização dos cartões funcionais. Foi editada norma determinando que os rodoviários tenham que utilizar os cartões funcionais nos validadores do SBA instalados nos ônibus, a fim de inibir a falsificação de cartões e a utilização irregular destes?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 10 2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	33

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – No caso dos funcionários, a senhora se refere aos trabalhadores rodoviários que utilizam esses cartões?

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Isso.

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Sim. Esse dispositivo faz parte da convenção coletiva com os trabalhadores rodoviários. Portanto, eles têm direito ao transporte gratuito por convenção coletiva. Isso não gera nenhuma evasão de receita.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Mas eu falo: tem alguma norma de que eles têm que usar os cartões funcionais?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Isso não é pago. A norma é o acordo coletivo, que nós respeitamos.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Não, não. Mas eu pergunto: eles têm que usar o cartão funcional ou não há necessidade de usar o cartão funcional? A pergunta é essa.

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Sim, ele é obrigado a usar, senão ele não consegue, inclusive, se identificar.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Isso tem uma norma escrita ou também é...

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – É a convenção coletiva. Eu respeito a convenção coletiva.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Só a convenção coletiva. Mas eles têm que usar o cartão funcional?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Exatamente. Senão, não têm direito ao transporte.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Ok. Já foi constatado, em auditoria, que existe falha no cadastro de veículos nos sistemas. Quais foram as medidas adotadas para sanear o cadastro de veículos no TDMax, retirando deste todos os veículos que não tenham autorização para operar no STPC-DF? Em razão disso, foi instaurado processo de sindicância para apurar a responsabilidade pela inserção, no SBA, de veículos não autorizados a operar no STPC? Em caso positivo, quais os resultados e responsabilidades apuradas?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Nós... Em relação a todos os carros que foram cadastrados indevidamente à época da Fácil, todos esses casos foram identificados e, inclusive, os valores foram glosados. Os carros que eventualmente circulam que não são cadastrados, esses são objeto da nossa fiscalização.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Mas não tem nenhum processo de sindicância para apurar a inserção desses carros?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 10 2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	34

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Veja, no período em que assumimos o DFTrans, não teve inserção de carros indevidamente no cadastro de veículos que operam no sistema de transporte coletivo.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sim, mas mesmo anteriormente...

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Anteriormente, o que foi detectado nós suspendemos e não pagamos às empresas.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Mas não foi apurada a responsabilidade?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Esse processo é um processo relativo à Fácil. A Fácil é uma associação de natureza privada.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – E ela não seria responsabilizada?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Sim, esses fatos foram todos relatados em auditoria e estão nos órgãos competentes para as providências cabíveis junto a uma associação de natureza privada.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Ok. Foi apurada deficiência no cadastro de veículos no sistema TDMax. O cadastro de veículos no TDMax é feito de maneira incompleta. Foi constatado que vários campos essenciais foram deixados em branco, como a data inicial e final da vigência, indicando, assim, não haver controle efetivo sobre a idade, qualidade e quantidade da frota via SBA.

Também não há, no TDMax, nenhuma relação entre o número do prefixo, número do veículo, com o número do chassi, placa do ônibus ou qualquer elemento que individualize o veículo ao prefixo. Tal fato permite que os validadores sejam trocados, não havendo assim controle, via sistema, de quais ônibus estão realmente rodando e em qual linha. E mais: o mesmo validador pode ser configurado para rodar com qualquer prefixo, e o sistema efetua a coleta e o repasse, independentemente de ser um prefixo cadastrado ou não, ou mesmo se o prefixo pertence a outra empresa.

Em função do exposto, pergunta-se: foi alterado o sistema para que se utilize o cadastro de veículos, evitando discrepância de informações e facilitando o controle de frota? Foi criado o formulário de cadastro de veículos no TDMax que contém pelo menos as seguintes informações: número do prefixo no SIT, placa do veículo, operadora, número do chassi, ano de fabricação e data do início e fim da vigência da permissão? Foi criado o procedimento que obriga as operadoras a informarem quando ocorre a troca de validador por manutenção em um carro? Foram instaurados processos de sindicância para apurar as responsabilidades pelas deficiências no cadastro da frota do TDMax?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Sim, todas as providências que podiam ser tomadas no âmbito do SIT, que faz efetivamente esse controle – porque o TDMax é um sistema de resgate de crédito, é o SIT que faz esse controle – foram adotadas desde que assumimos os serviços que estavam antes sob a responsabilidade da Fácil. Todos esses procedimentos já foram devidamente



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 10 2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	35

corrigidos. E nós, hoje, já temos condições de assegurar um cadastramento efetivo e um acompanhamento dessa questão, inclusive, relativa aos validadores. Os validadores, inclusive, com a nova mudança, agora... com a mudança no sistema, nós teremos condições de fazer uma conexão entre o uso da catraca eletrônica, do validador no veículo, aquele veículo, impedindo, com isso, que haja o uso de validadores em outros carros, como acontece atualmente. Quando detectado o problema, ele é imediatamente corrigido, inclusive com a suspensão do pagamento eventualmente ao operador que utilizou um validador em uma linha à qual ele não estava cadastrado.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Em função de auditoria, foi constatada que a frota cadastrada no SIT sem permissão regular, houve recomendação para que fosse regularizada imediatamente a situação da frota excepcional licitando ou aditando os contratos de permissão vigentes, até o limite legal, e retirando essas supostas autorizações excepcionais ao Decreto Distrital nº 31.973, de 2010, e do dever de licitar as permissões e concessões dos serviços públicos. Foi também recomendada instauração de processo de tomada de contas especial para reparar os danos ao Erário pela permissão de que veículos operem no STPC-DF sem recolher a devida outorga de pelo menos onze milhões, cento e vinte e oito mil e cem mil reais, sem participar do devido procedimento licitatório. Essas providências foram tomadas? Foram apuradas responsabilidades pela permissão de que esses veículos excepcionais continuem operando no STPC-DF?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Veja, Deputada, esses veículos continuaram operando por força do Decreto nº 33.556, publicado pelo Governador à época em que foi anunciada a licitação do Sistema de Transporte Público Coletivo. Ou seja, esses veículos, eles são ainda fundamentais. Muitos deles já saíram de circulação. Aliás, nessa renovação de frota que está em curso, os operadores estão retirando exatamente os carros mais antigos de circulação. São os mais velhos que são retirados de circulação. Nós, para garantir a segurança da população, especialmente agora no momento de chuva, restringimos ainda mais o tempo de vistoria dos carros mais velhos para um mês. Os carros mais velhos, a partir de oito anos, eram vistoriados de dois em dois meses; hoje eles já são vistoriados, a partir de uma força-tarefa da nossa área de vistoria, todo mês. Eles são obrigados a serem vistoriados. Mas essa frota está com os dias contados. Ela está mantida por força desse decreto governamental para manutenção dos serviços essenciais à população.

A frota excedente é resultado da ação do governo anterior, que renovou a frota e manteve os carros velhos em operação, sem nenhum respaldo legal. Nós recebemos já essa frota excedente em circulação e a mantivemos por uma absoluta necessidade da população em ter um transporte e iniciamos o processo licitatório que está em curso. Aliás, está sendo concluído. Há a previsão de que até o mês de dezembro tenhamos toda a regularização da frota.

Quanto à questão da outorga, às discrepâncias relativas ao pagamento da outorga, nós acabamos de receber, inclusive, o Fundo de Transporte. A partir do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 10 2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	36

momento em que voltamos a ser os gestores do fundo de transporte, passamos a ter a competência para tratar dessa questão da outorga para regularizar a situação da outorga daquelas empresas que eventualmente estejam ainda circulando, estejam ainda operando no Distrito Federal, têm contrato com o Governo do Distrito Federal, e que não tenham pago a outorga, seja ela integralmente, seja parcial.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – O DFTrans tem controle sobre a veracidade dos dados operacionais inseridos no SBA no que diz respeito à relação entre número do veículo operando e os seus respectivos validadores?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Esse procedimento é feito no âmbito do SBA e, eventualmente, se há alguma modificação no sistema, a nossa fiscalização tem orientação para identificar esse problema e autuar a empresa, se eventualmente não há uma sintonia entre esses dados.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Esses casos em que são observadas ocorrências de um mesmo veículo operando em linhas distintas no mesmo intervalo de tempo, as providências têm sido tomadas com relação a isso?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Sim, inclusive a glosa de pagamentos.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Só a glosa?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – A glosa e as medidas administrativas cabíveis.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Na assunção da Fácil para o DFTrans foram detectadas diversas falhas em relação aos contratos dos prestadores de serviços junto ao SBA. A partir da assunção pelo DFTrans essas lacunas jurídicas permaneceram abertas, atualmente como se encontram essas relações jurídicas? Ainda existem prestadores no sistema sem vínculo contratual? Quais são eles?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Apenas a Transdata, apenas o Sistema de Bilhetagem Automática hoje. Nós não temos contrato com a Transdata por conta de uma divergência na elaboração do novo contrato emergencial. Aliás, o nosso objetivo era não fazer um novo contrato emergencial, aguardando a conclusão da licitação. Em razão desse tempo que se passou e não conseguimos concluir... Todos os senhores acompanharam esse processo licitatório em que o governo teve de derrubar quase duzentas ações na justiça. O processo teve oito meses, pelo menos, de entendimento com o Tribunal de Contas. Nós esperávamos que isso fosse concluído mais rapidamente para que pudéssemos licitar o novo sistema de bilhetagem. Como ele não foi licitado, hoje estamos sem cobertura contratual, estamos inclusive entrando com uma ação judicial para assegurar a prestação desse serviço, que é um serviço essencial ao funcionamento do sistema. Nas próximas semanas estaremos publicando o edital para a contratação da nova empresa de bilhetagem.

Todos os demais contratos estão em execução e são frutos ou de contratos emergenciais, que é o caso do grupo Algar, que continua prestando serviço de